



ATA N.º 24 – Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e treze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e vinte minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – José Manuel Moreira Cardoso da Costa – e secretariada pelos senhores Vítor Carlos Latourrette Marques e Francisco Barbosa de Oliveira Maia, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 23 – Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2013;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 30/04/2012);
- 4 – Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2012 da Câmara Municipal;
- 5 – Relatório e Prestação de Contas do Exercício de 2012 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (para conhecimento);
- 6 – 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita
 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa
 - 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal
 - 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;
- 7 – Praia Fluvial da Mámoa, na freguesia de Milheirós de Poiares
 - Afetação ao domínio público municipal
 - Autorização para a concessão de uso privativo/de exploração do empreendimento e fixação das respetivas condições;
- 8 – Protocolo a celebrar entre a SULDOURO – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A. e o Município de Santa Maria da Feira
 - Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a Junta de Freguesia de Canedo
 - Isenção de taxas de resíduos sólidos urbanos
 - Isenção do valor do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis;
- 9 – Tarifário de Água e Saneamento para 2013
 - Revisão das tarifas volumétricas de abastecimento de água (para conhecimento);
- 10 – Procedimento de concurso público “Serviços de segurança e vigilância para



- vários edifícios do Município de Santa Maria da Feira” -----
- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;-----
- 11 – Aquisição de serviços de “Cobrança da taxa de RSU e da Taxa de Rede aos
municípios de Santa Maria da Feira” -----
- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;-----
- 12 – Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana no
Concelho de Santa Maria da Feira-----
- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;-----
- 13 – Certificação Legal das Contas do Município de Santa Maria da Feira -----
- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;-----
- 14 – Empreitada de “Construção do Centro Escolar de Canedo”-----
- Autorização prévia para assunção de compromisso;-----
- 15 – Proposta de comparticipação para o Centro Cívico e Biblioteca de Pigeiros -----
- Autorização prévia para a assunção de compromisso.-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Alfredo de Oliveira Henriques, e pelos senhores vereadores Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, José Manuel da Silva Oliveira, Celestino Augusto Soares Portela, Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, Alcides Alves Branco de Carvalho, António Ferreira de Bastos, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, e Sérgio Manuel Murteira Cirino. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Foi dada nota da entrada na Mesa, até àquele momento, de onze credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Rui Fernando Guedes Ribeiro; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – David Manuel Pinho Soares Ferreira; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Maria Rosa Jesus Costa Santos; uma do Sr.



Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Celestino da Mota Marques; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gião, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Valter Miguel Ferreira Silva; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Guisande, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Alexandra Suzete Castro Gomes; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Alberto de Oliveira Tavares; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – Bernardino Manuel Martins de Couto; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Sebastião Ferreira de Castro; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Diana Luzia Gomes Resende; e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Vale, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Cecília Júnior Ferreira. -----

A Assembleia foi ainda informada que três deputados municipais, nomeadamente os membros António André da Silva Topa (PSD), Richard Armando de Sá Neves (PS), e António de Oliveira e Silva (BE), solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos na presente sessão.-----

Quanto à substituição do membro António Topa, o Sr. Presidente da Assembleia comunicou que, nos termos da Lei, o mesmo é substituído pelo cidadão imediatamente seguinte na lista do PSD – Alberto de Oliveira Malta – que se encontrava presente para o efeito. -----

Relativamente à substituição do membro Richard Neves, informou que os dois cidadãos imediatamente seguintes na lista do PS – Samanta Joana da Silva Maia e Manuel António de Oliveira Ferreira – solicitaram, de igual modo, serem substituídos. Verificando que o cidadão seguinte dessa mesma lista – António Ferreira Pinto – se encontrava presente para o efeito, informou a Assembleia que o Sr. António Pinto substituída, na sessão, o membro Richard Neves.-----

Informou, ainda, que o membro António de Oliveira Silva é substituído, na sessão, pelo



cidadão imediatamente a seguir na lista do BE – Nuno Miguel Pinto Serrano – que se encontrava presente para o efeito. -----

Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Adriana Marisa da Silva Cardoso; Adriano Serafim Resende Martins; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; António Alves Cardoso; António Domingues Pereira; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Fernanda Paula Marques Oliveira; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; José Carlos Pinto da Silva; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes; Manuel Fernandes Pinheiro; Marco Aurélio Oliveira Jesus; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Pedro Miguel de Pinho Pereira; Rui Jorge Ribeiro Tavares; Telmo André dos Santos Gomes; Victor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Canedo – Vítor Carlos Latourrette Marques; Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva; Espargo – Susana Alexandra Lopes Correia; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lobão – José Henriques dos Santos; Louredo – José Fernando Moreira; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mosteirô – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio; Mozelos – Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Nogueira da Regedoura – Henrique Pereira Ferreira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Pigeiros – Feliciano Martins Pereira; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Sanguedo – José Nogueira da Silva; e S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues. -----

Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação de todos e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível a relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia



Municipal, após a sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2013: -----

- “Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sr.^a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, informando que esta Assembleia Municipal, na sua sessão de 25 de fevereiro de 2013, deliberou designar a cidadã Margarida Arcelina Assunção Alfama para substituir a Alexandra Patrícia Alves de Sousa na comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Comissão Executiva da AMP – Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar da “iPorto 29” – agenda metropolitana da cultura (bimestre de março e abril de 2013) que reúne os vários eventos da área da cultura dos 16 Municípios que integram aquela Área Metropolitana; -----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 18 de fevereiro de 2013; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão extraordinária que aquela Assembleia realizou no dia 11 de março de 2013, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, o teor da moção aprovada por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária realizada no passado dia 25 de fevereiro de 2013, apresentada pelo representante do Bloco de Esquerda nessa sessão, subordinada ao assunto “Pela Democracia Local”; -----
- Convite do Pe. José Carlos Teixeira Ribeiro – Vigário de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a iniciativa das Jornadas Vicariais do Ano da Fé que se realizaram nos dias 16 e 17 de março de 2013, com a presença do Senhor Bispo do Porto; -----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 04 de março de



- 2013;-----
- E-mail da parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Crato, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dando a conhecer o teor da deliberação tomada por aquela Câmara sobre a Proposta de Lei n.º 104/XII, bem como remetendo ofício subordinado ao assunto “Pedido de intervenção/ajuda para defender o Poder Local, Portugal e as Populações”; -----
 - E-mail aos representantes dos grupos municipais deste Órgão, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando, para conhecimento e devidos efeitos, cópia do e-mail rececionado, da parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Crato, sobre a Proposta de Lei n.º 104/XII; -----
 - E-mail do Sr. Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, onde deu a conhecer o Programa do II Seminário das Assembleias Municipais, que se levou a efeito no dia 6 de abril de 2013, em Mirandela; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia de uma proposta de deliberação intitulada “Contra a proposta de alteração da Lei das Finanças Locais” (apresentada pela CDU), bem como uma moção intitulada “Rejeitar o novo regime financeiro das autarquias locais para preservar a Autonomia Local” (apresentada pelo BE), documentos que foram aprovados, por unanimidade, na sessão realizada por aquela Assembleia Metropolitana no dia 11 de março de 2013;-----
 - E-mail aos representantes dos grupos municipais deste Órgão, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando, para conhecimento e devidos efeitos, cópia do e-mail rececionado, do Sr. Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela, onde foi dado a conhecer o Programa do II Seminário das Assembleias Municipais, que se levou a efeito no dia 6 de abril de 2013, em Mirandela; ---
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, as minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 18 e 26 de março de 2013;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, o Relatório de Avaliação do Estatuto do



- Direito da Oposição do ano de 2012; -----
- E-mail do Sr. Secretário Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a circular n.º 58/2013-PB, informando estar disponível no site da ANMP as missivas enviadas por aquela Associação a Sua Excelência o Presidente da República, relativas à Proposta de Lei n.º 104/XII, bem como o parecer jurídico do constitucionalista Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, no qual conclui pela inconstitucionalidade de algumas das normas da referida Proposta de Lei; -----
 - E-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a circular n.º 59/2013, informando que aquela Associação irá promover um debate sobre desastres naturais, a realizar no dia 15 de maio de 2013, em Pombal, dando a conhecer o programa provisório do mesmo; -----
 - E-mail aos representantes dos grupos municipais deste Órgão, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando, para conhecimento e devidos efeitos, cópia da circular n.º 58/2013-PB da Associação Nacional de Municípios Portugueses, bem como os documentos nela mencionados, concretamente as missivas enviadas por aquela Associação a Sua Excelência o Presidente da República, relativas à Proposta de Lei n.º 104/XII, e também o parecer jurídico do constitucionalista Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, no qual conclui pela inconstitucionalidade de algumas das normas da referida Proposta de Lei; -----
 - Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Comemoração do 92.º Aniversário daquela Associação, de acordo com o programa constante do convite; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão ordinária que aquela Assembleia realizou no dia 22 de abril de 2013, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Distrital de Aveiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o para a reunião ordinária que aquela Assembleia Distrital realizou no dia 22 de abril de 2013, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa reunião; -----



- Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 02 de abril de 2013;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2013, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2013, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Richard Neves (eleito pelo PS), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo, nos termos legais, ser substituído nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013;-----
- Convite da Sr.^a Presidente da Associação de Cultura e Recreio da Banda Marcial do Vale, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, manifestando que aquela Associação sente-se honrada e grata pelo Sr. Presidente da Assembleia ter aceitado integrar a Comissão de Honra das Comemorações do Centenário daquela Banda, convidando-o para um almoço/convívio que reunirá os membros dessa Comissão, a realizar no dia 01 de junho de 2013;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2013;-----
- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto – António Pinho, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013, pelo que se fazia representar pela Secretária daquela Junta – Diana Luzia Gomes Resende;-----
- E-mail do membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva (eleito pelo BE), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----



- E-mail do membro deste Órgão – António André da Silva Topa (eleito pelo PSD), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
- E-mail do Sr. Secretário Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, lembrando e reiterando o convite para participar no debate sobre desastres naturais, a realizar no dia 15 de maio de 2013, em Pombal; -----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, as minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 15 e 23 de abril de 2013;-----
- Diversos jornais e revistas.” -----

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que deram entrada na Mesa quatro moções, apresentadas pelo representante do Bloco de Esquerda – Nuno Serrano. Referiu que seria feita a leitura dos referidos documentos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais, para se pronunciarem sobre os mesmos. Pediu, em seguida, a um dos Secretários da Mesa para efetuar a leitura das moções, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“POR UMA REDE DE SKATE PARKS NO CONCELHO -----

Uma sociedade moderna e progressista concebe mecanismos e fomenta práticas e hábitos de vida e de lazer ajustados às vivências dos novos tempos.-----

As políticas para a juventude não podem centrar-se apenas na utilização de chavões que escondem a falta de pensamento político para a mesma e a incapacidade para dotar o território de equipamentos pensados para a juventude. -----

Hoje, a prática dos chamados desportos radicais está devidamente incorporada nos hábitos das nossas populações mais jovens, sendo também uma prática desportiva sadia, promotora de lazer, criadora de redes sociais e de hábitos de vida que combatem o sedentarismo. Podem até desenvolver economicamente as comunidades onde estão instalados os equipamentos



direcionados para a prática de atividades radicais. -----
Santa Maria da Feira é um concelho com mais de 140 mil habitantes, sendo os jovens uma elevada percentagem da sua população. -----
Usam e abusam da frase 'o Futuro é dos jovens' no fundo apenas como ferramenta de propaganda, pois a verdade é que se recusaram sempre a criar equipamentos e meios adequados para que os jovens possam viver a sua juventude em pleno!-----
A inexistência de Skate Parks no Concelho de Santa Maria da Feira, coloca este concelho na cauda do pelotão do desenvolvimento no que toca às políticas direcionadas para os mais jovens. -----
Este tipo de equipamentos promoveria a prática do desporto, da atividade física e do convívio entre os jovens, numa altura em que estes se isolam em casa e as relações virtuais predominam. A construção destes espaços traria ainda centenas de jovens ao nosso concelho e melhoraria o urbanismo da cidade. -----
Assim sendo, a Assembleia Municipal reunida em 30 de abril de 2013, delibera que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda há construção de uma rede de *Skate Parks* no concelho, que estejam ao serviço dos jovens do nosso concelho e todos os jovens que nos visitem.” -----

“CONTRA O ENCERRAMENTO DE ESTAÇÕES E BALCÕES DOS CTT -----
Os CTT são de uma utilidade determinante para a qualidade de vida das populações, no combate à falta de mobilidade e na redução das assimetrias. -----
É um serviço com 500 anos de existência, uma empresa lucrativa e que presta um serviço inestimável às populações por todo o País, pelo que consideramos inaceitável que esteja em curso o encerramento de centenas de estações de correios, o aumento das tarifas e a destruição de mais postos de trabalho. -----
Os CTT enquanto empresa do setor público e enquanto serviço público é fundamental às populações, de enorme proximidade e equilíbrio para o desenvolvimento regional e à coesão territorial, está na mira do governo para ser brevemente privatizado. -----
Recentemente as notícias de novos encerramentos de estações e balcões dos CTT, deixaram como é óbvio, as populações muito desassossegadas. -----
É inaceitável que com o encerramento de estações, a administração da empresa e o governo



preconize a transferência de parte do serviço para papelarias e outros estabelecimentos, colocando o restante serviço noutras estações de correios, muitas delas situadas a vários quilómetros de distância.-----

Coloca-se, assim, em causa o serviço público postal, a confidencialidade do serviço, que desta forma não será assegurada, para além de contribuir para um maior isolamento de populações já afetadas pela desertificação ou pela interioridade. -----

Uma sociedade moderna, humanista e defensora dos direitos humanos não pode admitir sequer, que em nome de uma dívida que não foi contraída pelo povo, que assenta em juros agiotas e em negócios criminosos, se destrua tudo o que são serviços públicos indispensáveis às populações. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 30 de abril de 2013, opõe-se ao encerramento de qualquer estação ou balcão dos CTT no nosso concelho.” --

“1.º DE MAIO, DIA DO TRABALHADOR-----

Quando em 1886, os operários de Chicago saíram às ruas em manifestação, pretendiam a dignificação do trabalho, assim como a sua própria dignidade, exigindo direitos laborais e sociais até então inexistentes. Este dia foi o início de uma luta intensa nos EUA pela redução do horário de trabalho e pela conquista da dignidade no trabalho. -----

Em vésperas do 1.º de Maio, que em Portugal só passou a ser comemorado livremente a partir do 25 de Abril, percebe-se que se tem que resgatar para os trabalhadores o direito ao trabalho e os direitos no trabalho. -----

Em tempos de crise hedionda, tem-se aprofundado a chantagem sobre os trabalhadores, redução de feriados, aumento da carga horaria, redução de salários, subsídios de férias e de natal; redução enorme das indemnizações no caso de despedimento. O mercado de trabalho virou selva com as alterações ferozes às relações laborais. O trabalhador perde, dia após dia, governo após governo, os seus direitos. Conquistas de décadas, que foram conquistadas depois de muito sangue derramado estão a ser desmanteladas, tudo com a chantagem sobre a crise.-----

Está em marcha um processo que retira dignidade ao trabalho e ao trabalhador. Uma mão cheia de nada, é o que hoje o poder oferece a quem trabalha. Para a banca tudo e em força. Para os grandes grupos económicos subsídios e isenções fiscais, sem quaisquer



contrapartidas. Para o povo, desemprego, salários cada vez mais baixos, miséria e fome. -----
A subjugação aos ditames dos mercados, retirara direitos ao povo e a soberania ao País. O
esclavagismo não pode ser a marca de uma nação. -----

Exige-se sacrifícios, mas sabemos que esses só recaem sobre quem trabalha; o sofrimento de
um povo de nada tem servido, a dívida aumenta a cada dia que passa! -----

Em vésperas do 1.º de Maio, é hora de exigir dignidade ao trabalho, direitos a quem trabalha,
nomeadamente direito ao salário justo, direito a tempo livre e de lazer, direito a estabilidade
na vida, direito a ter uma vida condigna com o seu salário. Direito ao trabalho também, sendo
fundamental combater o desemprego e enterrar a austeridade! -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 30 de abril de 2013 -----

1. Saúda todos os trabalhadores portugueses, nomeadamente as trabalhadoras e os
trabalhadores do concelho e solidariza-se com todos os que se encontram em situação de
desemprego ou em situação de salários em atraso;-----

2. Reconhece a exigência inadiável de uma política que garanta o aumento dos salários, a
estabilidade de vida, a criação de emprego e que combata o abuso e a exploração.” -----

“REPAVIMENTAÇÃO DAS ESTRADAS EM MAU ESTADO URGENTEMENTE -----

O estado calamitoso das estradas no Concelho de Santa Maria da Feira é hoje um tema
incontornável, não só para os habitantes do nosso concelho, como das populações dos
concelhos vizinhos, como para os cidadãos que nos visitam. -----

Hoje a vida dos automobilistas que circulam no Concelho da Feira está em muito dificultada,
já que nem no rally Paris/Dakar são obrigados a tanta destreza na condução, embora não
disponham de veículos adaptados ao terreno.-----

O estado em que se encontra o piso das estradas do nosso conselho é penalizador tanto para os
feirenses, como para os cidadãos que nos visitam e é sobretudo uma catástrofe para a nossa
economia. É a imagem de um concelho atrasado.-----

A desculpa de que é devido às obras do saneamento que as estradas estão degradadas, é no
mínimo estranha. Não bate certo com os números de taxa de execução da obra, dadas pela
Câmara Municipal, ao longo dos últimos anos. -----

Várias explicações podem ser apresentadas: a autarquia dá números errados da execução das
obras de saneamento e água, andando a enganar os munícipes; ou não tem dinheiro para tapar



os buracos das estradas; ou mais grave ainda, não obriga a Indaqua a cumprir o contratualizado que é repor o estado da via após concluídas as obras. -----
Os buracos e as crateras nas estradas, não podem ser a imagem de marca do Concelho de Santa Maria da Feira. Sabemos que há quem adore buracos, em particular, os buracos nas contas. Mas os feirenses estão fartos de tantos buracos e crateras que lhes arruínam a vida. ----
Os feirenses não podem ser mais sacrificados, agora com a tragédia das estradas que provocam acidentes, danos graves nos veículos, com contas enormes para pagar nas oficinas de mecânica, quando o desemprego e os baixos salários depauperaram as suas bolsas. -----
Assim sendo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 30 de abril de 2013, exige que a Câmara Municipal proceda com carácter de urgência à repavimentação imediata de todas as estradas degradadas do concelho, para evitar mais acidentes e danos nas viaturas.” -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) para fazer uma apresentação das moções, começando por aludir à moção sobre a rede de skate parks nos Concelho. Recordou que o BE já havia apresentado, na última sessão da Assembleia, uma moção sobre essa temática mas que a mesma não foi aprovada porque o PSD a votou contra, ressaltando que tal voto poderá ter acontecido por lapso porque a rede de skate parks é, na área da Juventude e Desporto, uma das bandeiras do candidato do PSD à Câmara Municipal. Salientou que, nesse sentido, o BE entendeu dar mais uma oportunidade para que tal medida seja aprovada, realçando a importância da existência desses equipamentos para os jovens do Concelho. -----
Em relação à moção que fala da repavimentação das estradas em mau estado, frisou ser uma necessidade evidente para quem circula nas estradas concelhias, referindo não ser por acaso que o candidato do PSD à Câmara tenha já dito que irá gastar 500 mil euros, nos próximos anos, para repavimentar as estradas em mau estado. Sublinhou que a Câmara já deveria ter procedido a essa repavimentação bem como exigido a quem tem responsabilidades, nomeadamente à Indaqua Feira, a cumprir os contratos e proceder à adequada repavimentação das valas que abre para executar as obras que leva a cabo. -----
Relativamente à moção contra o encerramento de estações e balcões dos CTT, disse ser um assunto que tem sido discutido por todo o País e que, agora, está a ser discutido com maior incidência em Santa Maria da Feira. -----



Nesse âmbito, salientou que numa altura em que se pretende privatizar e dar um bónus com a possibilidade de criação de mais um banco, e numa altura em que a coesão territorial já sofreu uma grande machadada com a extinção de diversas freguesias do Concelho, levando ao isolamento das suas populações dos centros e dos respetivos serviços; o Governo pretende, uma vez mais, privar os seus cidadãos dos serviços públicos, pondo em causa, inclusivamente, a competência desse serviço. -----

A respeito da moção de saudação ao 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, referiu que as reivindicações que representa o 1.º de Maio nunca foram tão atuais, salientando ter sido hoje entregue à Concertação Social um documento que prevê o despedimento massivo de trabalhadores da função pública, ressaltando que cerca de 20 mil são professores que não verão os seus contratos serem renovados. Sublinhou estar-se numa altura em que a precariedade crassa, que todos os relatórios, quer da OCDE, da Comissão Europeia, do FMI e do próprio Estado Português o confirmam, recordando que, ainda no dia de hoje, ficou-se a saber que vem aí mais austeridade, no valor de mais de 6 mil milhões de euros, até 2016. -----

Concluindo, o membro Nuno Serrano disse ser tempo do Governo fazer marcha atrás e rasgar o memorandum celebrado com a troika, de rever todas as leis laborais, frisando ser hora de cada um associar-se à grande manifestação que se realizará no 1.º de Maio. -----

Interveio a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU), que começou por saudar a apresentação da moção relativa ao 1.º de Maio, mencionando que o Distrito de Aveiro continua a ser o quinto com maior número de desempregados e que metade desses estão no Município de Santa Maria da Feira, fazendo sobressair que a situação não se afigura melhor até pelo anunciado, hoje, pelo Ministro Victor Gaspar, no sentido de que a austeridade se vai prolongar até 2016. -----

Disse ser bom que a Assembleia relembre o 1.º de Maio tendo em conta o papel que muitos feirenses também tiveram nessa luta e tendo em conta as reivindicações principais que, em 1886, foram suscitadas, nomeadamente a reivindicação das 8 horas para trabalhar, 8 horas para descansar e 8 horas para o lazer. Lembrando que oito dos líderes da contestação ocorrida foram condenados à forca pelo governo americano, referiu que, entretanto, o 1.º de Maio ganhou muita força em todo o Mundo e que, portanto, considera positivo que se lute pelo direito ao tempo para lazer e para passar com a família. -----



Fez notar que a CDU está igualmente de acordo com as restantes moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, afirmando estar contra o encerramento de todos os serviços públicos e que, sendo os correios um serviço público, está contra o encerramento de estações e balcões dos CTT.-----

Disse que, obviamente, também concorda com a moção a favor da repavimentação das estradas, destacando ser uma monstruosidade aquilo que a Indaqua Feira vai fazer tendo em conta que, nos termos do contratualizado, a mesma está obrigada a repavimentar as estradas em que intervém mas que, agora, a Câmara terá de requalificar aquilo que a Indaqua Feira não soube fazer, tendo os feirenses que pagar os consequentes custos.-----

A deputada municipal Lúcia Gomes prosseguiu a sua intervenção dizendo não saber se o motivo do atraso do Sr. Vice-Presidente da Câmara, à presente sessão, foi por ter estado a fazer alguma inauguração ou a tirar mais alguma fotografia, comentando que tais situações parecem os livros da Anita, em que o “Sr. Vice-Presidente vai à escola”, o “Sr. Vice-Presidente vai ao parque”, ou seja, que está em todo o lado.-----

A propósito da moção que defende a criação de uma rede de skate parks, disse ter lido um artigo de opinião que dizia “Emídio dá-nos um skate park” e que, portanto, também esperava ver o voto favorável do PSD a essa moção. Referiu que, segundo o autor desse artigo de opinião, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Emídio Sousa, é um grande impulsionador da Juventude no Concelho de Santa Maria da Feira e que, em consonância, espera que o Executivo PSD da Câmara construa a dita rede de skate parks para que Emídio Sousa seja o grande obreiro dessa rede, dado não ter conseguido ser o obreiro do saneamento.-----

Usou da palavra o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que começou por aludir à moção sobre o 1.º de Maio para dizer que o CDS-PP tem, também, todo o apreço pelo Dia Internacional do Trabalhador mas que, contudo, rejeita a moção porque discorda de alguns dos considerandos da mesma.-----

Em relação à moção contra o encerramento de estações e balcões dos CTT, frisou que o tema merece, de igual forma, a maior atenção por parte do CDS-PP mas que, tratando-se de uma moção que fala em “juros agiotas e em negócios criminosos”, não pode merecer a aprovação do CDS-PP, uma vez que discorda desse tipo de linguagem. Frisou, no entanto, que queria deixar bem claro que o CDS-PP concorda que o encerramento dos balcões dos CTT é



extremamente prejudicial para as populações. -----

Relativamente à rede de skate parks no Concelho, disse considerar que pode ser uma boa ideia mas que tudo depende do valor em causa, ressaltando que o Concelho tem outras prioridades e que essa será uma situação para ser estudada pela Câmara. Referiu que precisava saber quais os números envolvidos, para ter a noção de quanto poderá custar um conjunto desses equipamentos. -----

Concluindo, aludiu à moção sobre a repavimentação das estradas concelhias em mau estado para referir que o Bloco de Esquerda não precisa de “ensinar o pai-nosso ao vigário”, salientando não ter dúvidas de que o Executivo Permanente da Câmara, antes das eleições autárquicas que se avizinham, pavimentará muitos quilómetros de estrada do Concelho. -----

Interveio o membro *Telmo Gomes* (PS) que começou por dar nota do apoio do grupo municipal do PS à moção sobre o 1.º de Maio, Dia do Trabalhador. -----

Em relação à moção sobre a rede de skate parks, disse ter sido submetida a votação, na última sessão realizada pela Assembleia Municipal, em 25 de fevereiro de 2013, uma moção similar, destacando que o Partido Socialista manterá a sua posição, votando a favor porque considera tais equipamentos como de interesse para a Juventude e para o desenvolvimento do Concelho. Sobre a moção relacionada com os serviços dos CTT, referiu que o Partido Socialista é contra o encerramento de todos os serviços básicos porque entende que, sendo básicos, devem chegar a toda a população. Salientou, portanto, que se deve lutar pela continuidade desses serviços, pelo que o Partido Socialista vota favoravelmente essa moção. -----

Quanto ao pavimento das estradas em mau estado, frisou que a Câmara não pode aguardar pelas eleições, ou pela campanha eleitoral, para apresentar obra, destacando que mesmo que as estradas fossem arrançadas de imediato, já era tarde. Fez sobressair que a rede viária feirense encontra-se num estado vergonhoso e calamitoso, que urge pensar-se nos impostos rodoviários que são pagos por todos os portugueses, ressaltando que os feirense merecem ter estradas num estado muito melhor e que, por isso, o Partido Socialista vota a favor essa moção. -----

Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por sublinhar que, caso se tivesse somente em conta a parte das moções que, em concreto, é votada, então que teriam uma



leitura muito fácil mas que, levando-se em conta os considerandos das moções, torna-se praticamente impossível votar, algumas delas, favoravelmente. -----

Referiu considerar absolutamente natural que quando se quer fazer aprovar uma moção se adequa o texto da mesma de modo a poder ser aceite pela maioria na Assembleia, dizendo entender que seria ridículo a Assembleia Municipal aprovar a moção sobre o 1.º de Maio quando a mesma contém um arrazoado insultuoso para muita gente, que não se coaduna com os dois pontos propostos para votação, dizendo que esses são absolutamente pacíficos. Frisou que o grupo municipal do PSD vota contra essa moção porque não pode aceitar os considerandos da mesma. -----

Quanto à moção contra o encerramento de estações e balcões dos CTT, frisou que o PSD concorda tratar-se de um serviço que deve estar ao serviço das populações, que tais balcões não devem ser encerrados e que, nesse sentido, o grupo municipal do PSD vai esquecer o termo “agiotas” e vota favoravelmente essa moção porque, tirando esse termo, o restante teor da mesma é absolutamente correto. -----

Sobre a questão dos skate parks, sublinhou que o PSD votou contra a moção que o Bloco de Esquerda apresentou na última sessão da Assembleia, de similar teor, porque entende que a Assembleia não deve estar a dar ordens no sentido de se construir uma rede de skate parks no Concelho, salientando que o Executivo Permanente da Câmara é que sabe quais são as prioridades do Concelho, mediante o orçamento que tem. -----

Referiu que não é por se afamar que se deve construir uma rede de skate parks no Concelho que a Câmara vai construir pelo menos um skate park e atribuir a esse equipamento uma prioridade que o mesmo não tem. -----

Relativamente à questão da repavimentação das estradas em mau estado, salientou já ter ouvido alguém dizer que serão todas repavimentadas até às próximas eleições autárquicas, que também já ouviu dizer que se manterão todas esburacadas, frisando, a esse respeito, que o grupo municipal do PSD não vota favoravelmente essa moção pela razão de que na mesma se exige que a Câmara proceda, com caráter de urgência, à repavimentação imediata de todas as estradas degradadas do Concelho, fazendo sobressair que é absolutamente impossível a Câmara cumprir com essa exigência e que, por isso, o grupo do PSD a vota contra. -----

Entretanto, entrou o membro Manuel Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de Vila



Maior, tendo saído a deputada municipal Idalina Abreu. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter a votação as moções apresentadas, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor da moção (BE, CDU, PS: 15), 34 votos contra (PSD: 33, Ind.), e 4 abstenções (CDS-PP, PSD: 1, PS: 2), rejeitar a moção intitulada “Por uma rede de Skate Parks no concelho”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 54 votos a favor da moção (PSD: 34, PS: 17, BE, CDU, Ind.), e 1 voto contra (CDS-PP), aprovar a moção intitulada “Contra o encerramento de estações e balcões dos CTT”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da moção (BE, CDU, Ind., PS: 16), 34 votos contra (PSD: 32, PS: 1, CDS-PP), e 2 abstenções (PSD), rejeitar a moção intitulada “1.º de Maio, Dia do Trabalhador”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor da moção (BE, CDU, PS: 15), 34 votos contra (PSD: 33, PS: 1), e 4 abstenções (CDS-PP, Ind., PSD: 1, PS: 1), rejeitar a moção intitulada “Repavimentação das estradas em mau estado urgentemente”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Ultrapassada a discussão e votação das moções, o *Sr. Presidente da Assembleia* abriu as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia. Registadas as inscrições pela Mesa, e antes de passar a palavra ao membro Victor Neves, deu nota de que se encontravam disponíveis dois documentos para informação da Assembleia, disponibilizados pelo Sr. Presidente da Câmara, um relativo ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, e um outro subordinado ao assunto “Ajuste Direto/Concurso Público” – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e que ficam arquivados juntamente com os restantes documentos respeitantes a esta sessão – convidando os membros a levantarem um exemplar dos mesmos.-- Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro Victor Neves. -----



Entraram os membros Manuel Mota Pinho, Leandro Reis, Antero Barbosa, Augusto Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, José Leite – Presidente da Junta de Freguesia de Sanfins, e António Sérgio Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Travanca.-----

Reentrou a deputada municipal Idalina Abreu.-----

Interveio o membro **Victor Neves** (PS) que começou por aludir à Rua do Pego, em Mozelos, para dizer que há cerca de dois anos falou, nesta Assembleia Municipal, do estado degradante em que a mesma se encontrava e que agora, finalmente, foi pavimentada com tapete betuminoso. Referiu que, com aquela rua, confina a Rua das Aguncheiras, salientando que essa foi alcatroada há cerca de 5 anos atrás. Recordou que também tinha trazido esse caso à Assembleia Municipal e que o fizera a pedido dos moradores daquela rua porque se sentiam abandonados à sua sorte uma vez que os executivos de então, da Câmara e da Junta de Freguesia, assim os deixaram.

Referiu que, agora, esses mesmos moradores da Rua das Aguncheiras foram, novamente, ignorados e desprezados porque os cerca de 130 metros daquela rua não mereceram a colocação de tapete. Nesse âmbito, questionou se foram os funcionários da Câmara que não cumpriram o determinado ou se a Câmara lhes deu instruções no sentido de não colocarem tapete nessa rua. Disse que queria, em nome daqueles moradores, deixar o apelo ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de que providencie pela colocação de tapete naquela rua.

O membro Victor Neves prosseguiu referindo que, nessa mesma Rua das Aguncheiras, existe um poste de eletricidade cujo vidro que protege a lâmpada está partido, solicitando à Câmara que, junto da EDP ou até mesmo por intermédio da Junta de Freguesia de Mozelos, providencie no sentido de que essa situação seja regularizada. Disse saber que até já foi apelidado de “Victor das lâmpadas” nas redes sociais, mas que não se importa com isso e que entende que é preciso dar voz a essas pessoas e expor tais situações.

Em seguida, fez referência a uma outra situação, igualmente verificada na Rua das Aguncheiras, relacionada com a existência de algumas árvores de grande porte. Referiu que somente quando acontecer alguma calamidade é que as pessoas se lembrarão de as cortar, dizendo que, inclusivamente, testemunhou o corte de duas dessas árvores pelo proprietário de um dos terrenos dessa rua, permanecendo as restantes. Disse que a Câmara, GNR, Junta de



Freguesia, e Proteção Civil têm vindo a ser alertadas para essa situação vai para dois anos, mas que não deram ouvidos, concluindo a sua intervenção solicitando à Câmara, ou à Junta de Freguesia, para que providencie pelo corte daquelas árvores antes que algum cataclismo aconteça, sublinhando que os moradores daquela rua são modestos mas que merecem ser respeitados.-----

Interveio o membro *Telmo Gomes* (PS) que começou por aludir ao Regulamento de Publicidade e Ocupação de Espaço Público, recordando que na anterior sessão realizada pela Assembleia Municipal, no dia 25 de fevereiro de 2013, foi aprovada a última versão do mesmo. No âmbito dessa matéria salientou que, pela informação que dispunha, no próximo dia 2 de maio seria homologada uma lei pela Assembleia da República, que proíbe a cobrança de taxas pela publicidade exibida nas fachadas dos edifícios que somente tenham a identificação do estabelecimento comercial. Nessa medida, questionou se a Câmara vai aplicar um regulamento que vai contra a lei.-----

Referiu que outra questão que queria colocar prende-se com um projeto que a Associação Padre Osório, de Pigeiros, apresentou na ADRITEM e que, segundo disse saber, não foi aprovado. Disse saber que a Câmara tem uma quota muito grande de responsabilidades para que esse projeto tivesse caído, solicitando que a Câmara explicasse à Assembleia Municipal o que se passou relativamente a esse projeto. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por dizer que, pelo que se vê nos órgãos de comunicação local e pelas redes sociais, existem partidos, como o PSD que, em Santa Maria da Feira, já se encontram em campanha eleitoral. -----

Referiu que, nessa medida, e sendo a presente sessão uma das últimas antes das eleições autárquicas, entende que deve ser feito um exercício de memória para recordar quais foram as promessas eleitorais efetuadas pelo PSD, em 2009, dizendo ter em sua posse dois info mails distribuídos, nessa altura, pelo PSD, intitulados “Um programa sério e ambicioso – um concelho mais à frente” e “O que prometemos... cumprimos!” – os quais exibiu. -----
Nesse âmbito, referiu que o PSD não cumpriu o que prometeu e que evidenciaria isso usando alguns exemplos que disse considerar carismáticos, recordando que algumas das grandes prioridades que apareciam nesses documentos prendiam-se com o desenvolvimento



económico, o ambiente e a rede viária. -----

Em relação à rede viária, disse ter sido o próprio executivo PSD na Câmara a reconhecer que foi uma prioridade totalmente falhada e que a requalificação da rede viária será uma das grandes prioridades para os próximos quatro anos. Nesse âmbito, frisou que era importante saber quanto é que custou aos cofres da autarquia as indemnizações pelos acidentes ocorridos devido ao mau estado da rede viária, ressaltando que, ultimamente, têm sido muitos e até com danos físicos para os intervenientes. -----

Em relação ao ambiente, disse que a prioridade era a conclusão da rede de saneamento, destacando tratar-se de uma promessa falhada nos dois anteriores mandatos e que também não será cumprida no atual, destacando que era prometida a conclusão da rede de saneamento para o ano de 2011 mas que já se passou o ano de 2012, e parte de 2013, e que essa rede continua por concluir.-----

Disse que também se prometia uma limpeza bem como uma reabilitação à Quinta do Engenho Novo mas que a única limpeza que viu foi um abate massivo das árvores, ressaltando que esse abate fez com que aquela quinta quase pareça um deserto. -----

Salientou que também se falava na introdução de equipamentos de energias renováveis nos edifícios municipais, questionando quais foram as capacidades instaladas e quais os ganhos energéticos que foram conseguidos.-----

Recordou que, de igual modo, se prometia a recuperação da pedreira das Penas, fazendo sobressair que aquela pedreira continua como sempre esteve e que a única diferença é que, agora, tem um centro comercial à frente para tapar a vista para a pedreira.-----

Quanto à área do desenvolvimento económico, referiu que falava-se do Parque Empresarial da Cortiça (PEC), do Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM), do FeiraPark, da criação de mais indústrias de tecnologia de ponta, questionando, a respeito dessas indústrias tecnológicas, se se estaria a referir àquela empresa de construção de painéis solares que teve isenção de IMI e IMT mas que não criou um único posto de trabalho. -----

Frisou que o PEC foi extinto mas que foram gastos mais de 2 milhões de euros numa via que é utilizada por meia dúzia de viaturas. -----

Questionou, também, quantos postos de trabalho qualificado foram criados no Concelho. -----

Referiu que o Cluster de indústrias criativas nunca viu a luz do dia, ressaltando que o Município de S. João da Madeira arrancou na cauda do pelotão e que já passou à frente, vários



metros, do de Santa Maria da Feira. -----

Salientou que também pode falar do destaque dado ao Europarque, dizendo que era tido como a nova centralidade do Concelho de Santa Maria da Feira e que tinha o apoio total da Câmara Municipal para um projeto com a Associação Empresarial de Portugal (AEP), fazendo sobressair que esse projeto faliu e que, não bastasse, deixou um calote para todos os portugueses pagar, de 30 milhões de euros. -----

Relativamente aos transportes públicos, lembrou a promessa da criação de dois Centros Coordenadores de Transportes para questionar onde é que eles estão. -----

O membro Nuno Serrano continuou a sua intervenção dizendo que, em 2009, falava-se na realização de um estudo sobre a realidade e modernização do sistema de transportes públicos no Concelho de Santa Maria da Feira, pela empresa FRENMO, ressaltando ser a mesma empresa que fez o estudo que aconselhava a reabilitação da Linha do Vouga para que ela fosse rentável. Frisou que esse estudo nunca saiu do papel, questionando quantos milhares de euros foram gastos no mesmo. -----

Sobre a Via Circular à cidade da Feira/Avenida da Europa, disse saber que foi parcialmente riscada do projeto inicial porque a Câmara Municipal não cumpriu as suas responsabilidades contratuais com o E. Leclerc, sublinhando que nada se vê relativamente a essa obra. -----

Recordou que também eram prometidos mais concursos públicos mas que o certo é que está-se perante uma verba de cerca de 19 milhões de euros de ajustes diretos, desde 2009, e que a considerar-se a empresa municipal Feira Viva tinha que se acrescentar 5 milhões de euros, ressaltando ainda que não estava a considerar os concursos públicos nacionais. -----

Salientou que o PSD prometia, ainda, uma majoração dos apoios no âmbito do Plano de Apoio ao Associativismo Concelhio (PAAC) mas que aquilo que se viu foi que a Câmara não pagou aquilo a que se comprometeu, dizendo ter de esperar para ver se a Câmara vai pagar com o dinheiro proveniente do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). -----

Em relação à revisão do Plano Diretor Municipal, frisou não se vislumbrar para quando a conclusão desse processo, fazendo sobressair que a Câmara não pode desculpar-se com a entropia criada pelo governo central porque é do mesmo partido e porque se o fizesse estava a admitir que o atual governo PSD estava a proceder da mesma forma que o anterior, do Partido Socialista. -----

Quanto aos prometidos planos estratégicos de urbanismo, referiu que somente foi



concretizado o de Lourosa, sublinhando que esse serviu apenas para legalizar uma ilegalidade sobre a qual a Câmara foi condenada pelo tribunal, sem direito a recurso. -----

Sobre a referência a um plano de reanimação comercial envolvendo as organizações representativas dos comerciantes e consumidores, salientou que o que a Câmara fez foi deixar abrir um centro comercial em Santa Maria da Feira, contribuindo, ainda mais, para matar o comércio local. Quanto à introdução de medidas de acalmia de tráfego nos centros urbanos, disse bastar circular na via que passa em frente a esse centro comercial para constatar o que ali acontece. -----

Em relação à promessa da construção de uma nova escola de hotelaria, referiu que o Concelho de Santa Maria da Feira não só não viu ser construída uma nova escola como perdeu a que tinha. -----

O membro Nuno Serrano, concluindo a sua intervenção, frisou estar a iniciar-se um novo ciclo eleitoral autárquico mas que parece que recuou-se no tempo porque as promessas que estão a ser feitas são as mesmas que aconteceram em 2009 e que não foram cumpridas, sublinhando que, como diz a sabedoria popular, promessas levam-nas o vento. -----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) que começou por dizer que a primeira questão que queria colocar prende-se com o relatório de avaliação do Estatuto do Direito da Oposição do ano de 2012, que o executivo permanente da Câmara enviou à comissão política concelhia da CDU. -----

Referiu que a CDU entende como muito grave essa questão, salientando não poder admitir que esse relatório seja publicado tal como chegou à comissão política concelhia porque tem mentiras, dizendo ser já pelo segundo ano que tais mentiras se repetem, nomeadamente a de dizer que as Grandes Opções do Plano foram enviadas aos partidos da oposição. Nesse âmbito, salientou que o executivo permanente não enviou, nem este ano nem no ano transato, esse documento aos partidos da oposição previamente à altura em que é para ser discutido na Assembleia Municipal e que, portanto, não tem o direito de colocar no relatório que enviou, dizendo que o executivo permanente violou a lei porque, efetivamente, não concretizou tal envio. -----

Relativamente ao restante conteúdo desse relatório, referiu que a CDU gostava de saber porque nunca menciona quantos requerimentos são apresentados pelas forças políticas da



oposição, porque nunca refere que a Câmara não cumpre os prazos de resposta a esses requerimentos, porque não assume que as Grandes Opções do Plano não foram enviadas aos partidos da oposição, porque não diz quantas sessões fora realizadas pela Assembleia Municipal, e porque não diz quais as propostas apresentadas pelos partidos da oposição. -----
A propósito das propostas feitas pelos partidos da oposição, elogiou a prática que a Câmara teve durante dois anos, em que as fazia constar do documento das Grandes Opções do Plano, comentando, contudo, que a Câmara descontinuou essa prática porque deixou, precisamente, de enviar as Grandes Opções do Plano aos partidos da oposição com a antecedência devida. Fez sobressair que tal proceder reflete o respeito com que a Câmara tem tratado os partidos da oposição, frisando que esse respeito é nenhum porque os partidos da oposição nunca são consultados sobre nada. -----

Relembrou que, normalmente, é por proposta oriunda dos partidos de oposição que são criadas, pela Assembleia Municipal, várias comissões de acompanhamento, dando como exemplo a comissão de acompanhamento à recuperação das pedreiras de Lourosa, recordando, também, que foi feita uma apresentação do projeto da Caixa das Artes porque a CDU insistiu, neste órgão, para que fosse feita, dado entender que esse processo tinha que ser transparente e que a Assembleia Municipal tinha que ter conhecimento do mesmo. -----

Disse ser inadmissível que uma Câmara Municipal faça, institucionalmente, constar no relatório informações que não são verdade e que adote tal proceder para com os partidos da oposição, frisando que a CDU tinha que manifestar a sua posição, sobre isso, nesta Assembleia Municipal, realçando ainda que, independentemente da resposta escrita que a CDU dará, a CDU fará chegar o relatório em causa às entidades competentes para que o avaliem porque é do entendimento que tem havido sucessivas violações da Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

Posto isto, aludiu a outra questão, relacionada com a Praia Fluvial da Mámoa. Disse que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, em entrevista dada ao jornal Público, em 2009, falou da monitorização ambiental daquela zona e de um investimento de 1,3 milhões de euros nessa monitorização. Referiu que dessa monitorização resultou que a água não tinha qualidade e que contém ainda componentes e metais pesados oriundos do viaduto do lado nascente. -----

Fez sobressair que, não obstante, já existem pessoas a tomar banho naquela praia sem que haja qualquer tipo de sinalética e de vigilância, recordando que só agora se concretizará a



concessão, a privados, da praia e do restaurante e que, de acordo com aquilo que tem sido dito pela Câmara, será esse privado o responsável pela segurança na praia fluvial.-----

Salientou que, nessa medida, questionava quem é que, neste momento, está a garantir a segurança das pessoas que estão a tomar banho naquela praia, e como é que a Câmara consegue garantir que a água é potável uma vez que essa praia nem sequer é servida pela bacia da Lage e do Cáster, porque situa-se na Rua da Casa da Mámoa e, portanto, é servida por S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis. -----

Disse que queria, também, falar sobre a recuperação das pedreiras de Lourosa, lembrando que essa recuperação realizar-se-á devido a uma queixa apresentada pela CDU, mencionando que os trabalhos já deviam estar a decorrer. Referiu que a Comissão Europeia, ao abrigo do artigo 263.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia, já emitiu um pré-aviso para a agilização dos procedimentos sob pena de aplicação de multas, destacando haver mais de um ano de atraso e que, até hoje, a comissão de acompanhamento a esse processo, criada pela Assembleia Municipal, não conhece quaisquer resultados de referência da monitorização prévia à intervenção.-----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Lúcia Gomes disse conhecer bem o *modus operandi* da Câmara Municipal, realçando que se os resultados fossem bons já haveria um outdoor enorme a publicitar o investimento e a anunciar a recuperação dessas pedreiras, mas que não é esse o caso, lamentando que a Câmara não tenha informado a Assembleia Municipal, nem a comissão de acompanhamento, sobre os estudos de referência, pedindo para que, pelo menos, se respeite as pessoas que fazem parte dessa comissão.-----

Interveio a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite que me foi dirigido para assistir às Comemorações do 25 de Abril de 2013. Infelizmente tive que dispensar comparecer. A dificuldade de acesso ao Salão Nobre da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, foi o motivo suficiente para me dissuadir de presenciar tão nobres comemorações. Assaltou-me à memória a experiência da primeira e única vez, em que me expus à experiência de ultrapassar as barreiras que dificultam o acesso ao Salão. -----

Mas não é por isso que quebro o meu tão característico e tradicional silêncio nesta



Asssembleia. O motivo que me traz é bem mais sério e preocupante. -----

As Nações Unidas estimam que o número de pessoas com deficiência ou incapacidade ronde os 650 milhões em todo o mundo, e que cerca de 15% a 20% da população de cada país possui algum tipo de incapacidade. Este estudo diz, ainda, que se tivermos em conta fatores tais como o crescimento demográfico, o desenvolvimento científico e o envelhecimento da população, estes números tendem a aumentar. -----

Em Portugal, os dados acerca de pessoas com deficiência, embora escassos, indicam que segundo os Censos de 2011, cerca de 17,8% da população portuguesa com 5 ou mais anos de idade declarou ter muita dificuldade, ou não conseguir realizar, pelo menos, uma das seis atividades diárias (ver, ouvir, andar, memorizar/concentrar-se, tomar banho/vestir-se, compreender/fazer-se entender).-----

Na população com 65 anos ou mais, este indicador atinge os 50%, fator que a impossibilitará que, em interação com o meio, seja exercida de forma plena a cidadania. -----

Sendo este o cenário nacional e, tendo presente que a zona Norte é a mais afetada pelas incapacidades congénitas ou adquiridas, ao fazer a minha consulta à ordem de trabalhos da convocatória, não consegui deixar de me questionar sobre alguns pontos. É por isso que me dirijo a V.^{as} Ex.^{as} procurando alguns esclarecimentos. -----

Os pontos 5 e 6 são dedicados ao Relatório de Atividades e Prestação de Contas. -----

Questiono:-----

Do investimento feito, qual foi a percentagem que representa o apoio real e investimento na promoção do desporto adaptado profissional e de reabilitação no Concelho de Santa Maria da Feira? -----

Quais são as modalidades que são entendidas como Desporto Adaptado?-----

Estarão a ser potencializados os equipamentos existentes no Concelho? Estarão eles preparados para receber campeonatos de basket adaptado, rugby adaptado, futebol para cegos e amblíopes, futebol de salão para surdos, atletismo nas suas diversas categorias de incapacidade... entre tantos e tantos exemplos de desporto possíveis?-----

Estará a ser tido em conta o facto que o Deporto Adaptado quando dinamizado consegue sinergias capazes de gerir receitas que podem fazer toda a diferença? A título de exemplo existem já as experiências de jogos de equipas profissionais de basket adaptado na Turquia, Bélgica ou Londres, onde cada jogo chega a ter entre os 4 e os 6 mil espetadores. As receitas



que um jogo destes consegue quer para a organização, como para todo o comércio local são um facto indiscutível.-----

Mais do que a terapia reabilitacional o Desporto Adaptado quando dinamizado do ponto de vista profissional consegue atrair o mercado do Turismo em escala alargada. -----

A título de curiosidade posso informar que em 2014 Portugal irá receber o Torneio Internacional de Futebol de Salão para Surdos, neste momento já está a decorrer a organização deste evento. Nele vão participar equipas de vários Países, os atletas destas equipas vão fazer-se acompanhar por amigos e familiares que além de assistir aos jogos também vão visitar a cidade em que se irão hospedar por 2/3 dias. -----

Como podem perceber, não falo de utopias nem de casos que só existem fora de Portugal. Refiro-me a casos concretos que estão à disposição prontos para serem trabalhados. -----

O ponto 7 é dedicado à Praia Fluvial da Mámoa, na freguesia de Milheirós de Poiares.-----

Questão: -----

Terá esta praia um projeto que contempla as necessidades especiais das Pessoas com Mobilidade Condicionada? -----

Poderá esta praia vir a constar do mapa nacional disponibilizado pelo INR, como praia acessível? Ou será que esse aspeto foi deixado de lado por não ser uma prioridade no planeamento e gestão de território? -----

Mas indo além dos pontos da ordem de trabalhos, refletindo um pouco acerca da responsabilidade social e da economia local, o que tem sido feito para aumentar a empregabilidade das Pessoas com Deficiência?-----

Questiono o que a autarquia tem feito para além do Programa Nacional Estímulo 2012?-----

Muitos são os casos de famílias com agregados que se vêm afetados pelo flagelo do desemprego involuntário. Os números agravam quando falamos de Pessoas com Deficiência. -

Do ponto de vista da responsabilidade técnica, gostaria de saber se a Câmara está a cumprir o artigo 12.º do articulado do DL 163/2006, de 8 de agosto?-----

Para além da prevenção em fase de licenciamento, já deveriam estar a ser obras particulares – refiro-me a instalações, edifícios, estabelecimentos e espaços abrangentes no n.º 2 do artigo 2.º, cujo início de construção seja posterior a 22 de agosto de 1997, para as quais o prazo de adaptação terminou em fevereiro de 2012.-----

Para estes casos estipula a alínea b) do artigo 21.º que cabe às Câmaras Municipais em ações



de fiscalização aplicar sanções. -----

Ou, ainda e também de instalações, edifícios, estabelecimentos e espaços abrangentes no n.º 2 do artigo 2.º, cujo início de construção seja anterior a 22 de agosto de 1997 – para as quais foi dado um prazo de 10 anos e para as quais devem ser dadas advertências. -----

Ainda na responsabilidade técnica, pergunto: quando é que os estacionamentos destinados a pessoas com mobilidade condicionada, irão passar a respeitar as dimensões legais, que estão claramente especificadas na legislação em vigor? -----

Questiono ainda, no âmbito do Planeamento Estratégico e Urbano: -----

Porque não apresentou a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, candidatura ao Programa Rampa, no qual eram dados 300 mil € de financiamento do POPH para Estudos e Projetos de Promoção de Planos Municipais de Acessibilidade que deveriam ter uma duração de 3 anos? Terminado esse prazo, espera-se que venha a abrir a 2.ª fase em que será financiado aos municípios verba para materializar esses mesmo projetos. -----

Terá sido a ideia de que a acessibilidade é aquela coisa para Deficientes, que colocou a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira à margem deste programa de financiamento?-----

Última questão:-----

Quando é que esta autarquia vai apostar no turismo que maior poder de compra tem? -----

Falo do Turismo Sénior, aquele que se distribui igualmente ao longo do ano, sem distinção de épocas, onde os turistas se fazem sempre acompanhar por grupos. -----

Mais uma vez, este é o tipo de receitas que estão a ser desperdiçadas no Concelho. Veja-se o caso de Viseu, Lousada ou do Algarve, que há muito entenderam a importância e o peso económico deste Turismo. -----

Mais do que um discurso tendencioso, no qual poderia estar a tentar (como diz o povo) “puxar a brasa à minha sardinha”, em causa está:-----

- a potencialização da nossa população feirense-----
- a coesão social e territorial-----
- a criação de infraestruturas capazes de responder às questões da Acessibilidade e Mobilidade Para Todos, mais do que respeitar dispositivos legais permite limpar a imagem das cidades, dinamizar e otimizar os espaços urbanos. -----

Não querendo ser exaustiva, nem cair em retóricas, termino apelando ao executivo desta Câmara uma Postura Municipal mais concreta e assertiva, capaz de marcar pela diferença.” ---



Interveio o membro *Jorge Silva* (PSD), para aludir às obras de saneamento que estão a decorrer na freguesia de Arrifana, comentando que têm decorrido com alguns, ou até muitos problemas. Disse haver ruas que aguardam repavimentação já há algum tempo, concretizando que a Rua Afonso Albuquerque aguarda a repavimentação há mais de 8 meses, chamando a atenção para o fato de que aquela rua serve a Escola EB1 de Carvalhosa e o Jardim de Infância de Manhouce. Questionou à Câmara se era possível adiantar prazos para a repavimentação das ruas em Arrifana, nomeadamente o arruamento a que fez menção. -----
Saliu que, por outro lado, existem algumas repavimentações já executadas que apresentam deficiências graves. Destacou que, naturalmente, ninguém esperaria um tapete betuminoso em todas as repavimentações mas que, todavia, muitos dos serviços até agora executados são de qualidade duvidosa. -----
Concluindo, questionou se existe algum prazo previsto para a conclusão das obras da rede de saneamento em Arrifana. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por questionar qual o ponto da situação do pavilhão desportivo de Fiães, questionando se a questão do empreiteiro da obra já foi resolvida e se a obra vai definitivamente avançar, ou não, perguntando, também, se se vai aguardar pelo término da época desportiva para resolver o problema da mina que aluiu no campo de futebol. -----

Questionou, ainda, qual o ponto da situação em relação à cobertura da piscina de S. João de Ver, dizendo ser uma questão que se arrasta há meses e que está a trazer alguns prejuízos, nomeadamente para alguns escalões das equipas de natação do Clube Desportivo do Feirense, obrigando-as a treinar noutras piscinas ainda com menores condições. -----

Perguntou, também, para quando o campo de relvado sintético de S. João de Ver, dizendo ser absolutamente favorável à existência de relvados sintéticos, frisando que, segundo disse saber, o da freguesia de Canedo já está protocolado, que existem outros na calha, e que podia dizer que quase todas as freguesias do Concelho precisavam ter o seu campo de relvado sintético, essencialmente para incentivar as camadas jovens a praticar desporto. -----

Aludiu, em seguida, ao alargamento da Rua de São Martinho, em Argoncilhe, referindo que o que está a ser feito naquela rua é um muro de suporte, e que não há lugar a qualquer alargamento da rua. Referiu que, estando a Câmara a gastar muito dinheiro nesse muro de



suporte, considera que seria razoável, no mínimo, negociar com o proprietário o recuo de metro e meio de modo a que se conseguisse construir um passeio com essa largura, naquele arruamento. Disse não conhecer o projeto da obra mas que julga que alguma coisa não está a ser bem feita, solicitando ser esclarecido quanto a essa situação.-----

Salientou, ainda em relação a Argoncilhe, que recentemente a Câmara fez leilões de terrenos naquela zona e que agora, passados uns meses, anda a comprar terrenos na mesma zona, ou numa relativamente próxima, frisando não entender essa situação pelo que solicitava ser esclarecido sobre isso.-----

Interveio o membro *Manuel Custódio* – Presidente da Junta de Freguesia de Mosteirô, que começou por dizer que a sua intervenção se prendia com o saneamento básico, frisando ser uma obra importante que está a decorrer em Mosteirô, que apesar de tardia é valorizada, ressaltando, contudo, ter algumas queixas quanto à forma como a mesma vai sendo conduzida.-----

Disse não lhe parecer que as obras da rede de saneamento estejam a ser concretizadas da forma mais correta, salientando que estão a causar demasiados transtornos e que, no seu entendimento, a maior parte deles podiam ser evitados. Referiu não perceber o porquê de não se irem tapando as valas à medida que o trabalho vai sendo feito e o porquê de ter-se de esperar sete meses para que sejam tapadas, ressaltando que devido a isso as ruas encontram-se num estado lastimável, todas esburacadas. Disse também não entender o porquê da obra não começar, por exemplo, de jusante para montante, fazendo-se as ligações definitivas, evitando a necessidade de tornar a estragar os passeios das ruas, frisando que se existe uma explicação técnica para essa situação, que a desconhece, pedido ser esclarecido sobre o assunto.-----

Sublinhou que as estradas, em Mosteirô, estão em muito mau estado e que já ocorreram dois acidentes de viação devido a isso, fazendo sobressair que a população tem sido compreensiva e serena mas que, contudo, não compreende uma questão fundamental que tem a ver com o pagamento das taxas de rede.-----

Frisou que os buracos nas estradas acabam, mais tarde ou mais cedo, por serem tapados, mas que depois vem a questão do pagamento das taxas de ligação à rede, destacando que a grande maioria das pessoas nem sequer terão possibilidade de pagar essas taxas. Salientou que, como já falado nesta Assembleia Municipal, considera não ser preciso ser estudante de Direito para



se perceber que a cobrança dessas taxas é ilegal, frisando que os munícipes ou pagam a exploração ou pagam a montagem. Referiu que se há uma empresa que se propõe construir uma rede, ela tem que pagar a instalação da mesma e que, depois, os clientes pagam o custo da exploração, dizendo haver uma linha que separa o fornecedor do cliente e que se o cliente pagar a parte exterior, que está no domínio público, então que tem que ser acionista dessa empresa, no caso em concreto, da Indaqua Feira. -----

Salientou que, independentemente dos clientes terem, ou não, possibilidade de pagar esses custos, existe a questão legal, frisando que tem ouvido muito discutir o que é constitucional, ou não, e que é da opinião que a legalidade deve começar naquilo que é primário, naquilo que afeta diretamente a população. -----

Disse que, nessa medida, a Assembleia de Freguesia de Mosteirô, por proposta do Executivo da Junta, aprovou, por unanimidade, instaurar uma ação judicial contra a Indaqua Feira, uma vez que muito foi dito mas nada foi feito, e que a Junta de Freguesia de Mosteirô, cumprindo essa deliberação, irá avançar com essa ação judicial. -----

Concluindo a sua intervenção, desafiou os seus colegas presidentes de Junta a se associarem à Junta de Freguesia de Mosteirô nessa iniciativa, em defesa dos interesses das populações uma vez ter sido para isso que foram eleitos, frisando que, desse modo, pelo menos se dividiriam os custos judiciais e a Junta de Freguesia de Mosteirô agradecia. -----

Interveio o membro **Jorge Ferreira** – Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, que começou por dizer que, na Assembleia Municipal, devem ser tratados assuntos sérios e que considerava que alguns dos assuntos não têm cabimento serem tratados neste órgão, que deveriam ser tratados numa Junta de Freguesia ou numa Assembleia de Freguesia, e não na Assembleia Municipal. -----

Informou que, em Mozelos, foram pavimentados cerca de 15.000 metros de estrada, enumerando quais as ruas em questão e a extensão das mesmas, sublinhando que, naquela freguesia, só é feita obra tendo dinheiro para a pagar, sublinhando ser essa gestão que tem sido feita ao longo dos doze anos em que é presidente daquela Junta e que espera que as equipas que lhe sigam saibam fazer essa gestão, ou seja, avançar para as obras somente quando houver dinheiro para as pagar. -----

Ressaltou não ser por alguém referir, nesta Assembleia Municipal, que existe uma rua em



Mozelos com um ou dois buracos, que a Junta de Freguesia vai tapar esses buracos no dia seguinte. Referiu que aquilo que se quer, em Mozelos, é que as pessoas se sintam bem, realçando, quanto à mencionada Rua das Aguncheiras, saber que a mesma se encontra em bom estado. -----

Concluindo a sua intervenção, reafirmou não ser por alguém mencionar a necessidade de determinada obra que ela será feita no dia a seguir, frisando que, em Mozelos, sabe-se tratar das situações a tempo e horas. -----

Usou da palavra o membro *António Cardoso* (PS) que começou por dar os parabéns à Lia Ferreira pela intervenção que efetuou, realçando que aquela intervenção mostrou sensibilidade para problemas para os quais aqueles que não têm dificuldades de mobilidade costumam ser bastante insensíveis, considerando que aquela intervenção merece a máxima atenção. -----

Referiu que o segundo aspeto que queria realçar tem a ver com os problemas de semântica da bancada do PSD quanto a questões nobres, dizendo que confundir o 1.º de Maio com uma palavra ou com outra, ou não apoiar a reposição de pavimentos por haver um adjetivo que pode ferir o texto e, depois, pedir à Câmara intervenção nessas pavimentações, demonstra incoerência por parte da bancada do PSD. -----

Salientou, contudo, que a razão principal da sua intervenção prende-se com a obra a decorrer na mencionada Rua de São Martinho, em Argoncilhe. Referiu que, para além de alguns apontamentos técnicos que possam existir, o que mais o preocupa é o facto de os membros da Assembleia de Freguesia de Argoncilhe dizerem que a obra é da Câmara, e os vereadores do Partido Socialista, na Câmara, dizerem que o Executivo Permanente da Câmara diz que a obra é da Junta de Freguesia de Argoncilhe. -----

Disse que gostava de perceber essa situação, salientando que certo é que o empreiteiro anda a executar a obra, ressaltando que se essa prática se torna frequente leva ao descontrole, comentando já se ter habituado a que, em véspera de eleições, as obras sejam executadas de qualquer forma e feito. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro António Cardoso disse considerar que, na obra em questão, poderá haver alguma irregularidade, para não dizer ilegalidade. -----

Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por, ainda a propósito da tomada de



posição da bancada do PSD em relação à moção sobre o 1.º de Maio, frisar que a bancada do PSD sabe ler e interpretar, e que não vota favoravelmente uma moção só porque tem no título “1.º de Maio”. Reafirmou que se fosse somente tido em conta os pontos n.º 1 e 2 da moção, que o PSD estava absolutamente de acordo, mas que não aceita que se aproveite a mesma para fazer uma saudação aos trabalhadores do 1.º de Maio e, por outro lado, escrever aquilo que muito bem se entende, desrespeitando não só a posição do PSD, como também a de outros partidos.-----

Fez sobressair que cada um lê e interpreta da maneira como quer mas que não resistiu a fazer um comentário, salientando que, certamente, daria um certo jeito a algumas pessoas que ninguém do PSD usasse da palavra mas que, tal como a bancada do PSD tem estado muito calmamente e em silêncio a ouvir o que é dito, mesmo sendo grandes “bBOSEIRAS”, os membros dos restantes partidos também têm que ouvir aquilo que tem a dizer, sem que o estejam constantemente a interromper com apartes.-----

Sublinhou ainda que, segundo as regras proporcionais, quer considerando-se como grupo ou individualmente, o PSD tem direito a falar por mais tempo do que os restantes partidos com representação neste Órgão, comentando que, desde o início do mandato, nunca o PSD utilizou sequer 50% do tempo utilizado pelo PS.-----

Posto isto, disse que queria congratular-se pelo facto da Quinta do Castelo ter passado para o domínio municipal, referindo ter sido uma luta que a Câmara travou e finalmente venceu, e da forma menos custosa para o Município. Fez sobressair que todas as hipóteses da Quinta do Castelo vir a ser posse do domínio municipal, ainda que por contrato de comodato, eram sempre onerosas porque obrigavam a grandes contrapartidas e que, por isso, ficou muito satisfeito com o que leu na imprensa, comentando que tem ouvido dos feirenses, nos últimos dias, muitas congratulações por a Câmara ter conseguido tal desiderato.-----

Referiu que, para concluir, queria colocar duas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara. Disse que, embora sabendo que o Sr. Presidente não se enganou ao ter afirmado que a Câmara, por ter aderido ao PAEL, não era obrigada a fixar todas as taxas, nomeadamente a do IMI, no máximo previsto na lei, mas porque muitos andam a dizer que o Sr. Presidente se enganou ao proferir tal afirmação, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que confirmasse essa declaração.-----

Salientou, em segundo lugar, que algumas pessoas têm andado a dizer nos jornais que a



Câmara fez ajustes diretos no valor de 50 milhões de euros e que, até pela informação disponibilizada aos membros da Assembleia na presente sessão, não viu nada disso. Assim sendo, solicitou que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse qual o valor dos ajustes diretos, comentando que a população anda a ser envenenada com informação falsa. -----

Interveio o membro **Fernando Moreira** – Presidente da Junta de Freguesia de Louredo, que começou por dizer que, como constata, já se está em campanha eleitoral, comentando que, felizmente, estamos num País livre em que as pessoas têm o direito de opinião, mas que existem coisas que, no seu entender, não podem passar em claro.-----

Disse que o motivo da sua intervenção prende-se com o que leu num artigo de opinião escrito pelo membro António Cardoso, publicado na edição de 29 de abril de 2013 do jornal Correio da Feira, sublinhando que iria referenciar e ler alguns extratos de outros artigos de opinião que aquele membro foi escrevendo nesse jornal, a propósito da reorganização territorial, realçando entender que esta Assembleia Municipal é o local certo para tecer alguns comentários sobre isso.-----

Passou a ler alguns extratos do artigo de opinião da autoria do membro António Cardoso, intitulado: “Reorganização territorial do País? Sim, mas de forma diferente...”, publicado na edição de 5 de dezembro de 2011 do jornal Correio da Feira, que se passa a citar:-----

“Em diálogo com as populações existem Freguesias pequenas que devem ser agrupadas com outras. Mas também há Freguesias que podem ceder território seu para freguesias vizinhas mais pequenas, visto possuírem maior dimensão territorial. (...) S. João da Madeira só tem uma freguesia. Não seria natural que 3 ou 4 freguesias de Santa Maria da Feira, 3 ou 4 freguesias de Oliveira de Azeméis se deslocassem para S. João da Madeira? Espinho só tem 6 freguesias. Não seria natural que recebesse 2 freguesias da Feira e 1 ou 2 de Gaia? (...) A nível de freguesias, não fazia sentido reduzir as áreas de Canedo e S. João de Ver e deslocá-las para as freguesias vizinhas mais pequenas? (...) Basta de bairrismos bacocos instalados em cada paróquia.” – Fim de citação.-----

Leu, em seguida, extrato do artigo publicado na edição de 23 de janeiro de 2012, que se passa a citar: “Em muitas destas matérias, o Documento Verde é absolutamente omissivo e ao que parece está delineado e pensado apenas para as realidades do litoral. É nossa convicção que esta reforma é vital para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do nosso país e por isso



refutamos qualquer forma de ação populista em torno desta temática. Esta reforma não admite ser feita a pensar em sondagens ou indicadores de popularidade desta ou daquela personalidade. Exige coragem e determinação para servir o interesse público.” – Fim de citação.-----

Seguidamente, o membro Fernando Moreira leu extrato do artigo publicado na edição de 13 de fevereiro de 2012, que se passa a citar: “Em segundo lugar, como se aceita que freguesias que têm mais habitantes que alguns concelhos deste país sejam obrigadas a serem fundidas noutras quando isso não é obrigatório a nível desses concelhos!...” – Fim de citação.-----

Por fim, leu extrato do artigo publicado na edição de 2 de julho de 2012, que se passa a citar: “Como tal, o PS entende que deverão ser as Assembleias de Freguesias, órgão representativo das populações, a decidir o caminho que devem escolher.” – Fim de citação.-----

Referiu que o membro António Cardoso tem toda a legitimidade para escrever artigos de opinião e exprimir as suas ideias, que até concorda com algumas delas, mas que o membro António Cardoso deve ser coerente. Sublinhou que, chegada a altura de decidir, é preciso assumir, dar a cara, deixar o tal populismo bacoco da paróquia, ressaltando não ter sido isso que viu fazer o membro António Cardoso, na altura em que foi preciso decidir.-----

Salientou que o membro António Cardoso arroga-se, agora, no direito de enxovalhar, de certa forma, os Presidentes de Junta, acusando-os de não terem vergonha, sublinhando não poder aceitar, de forma nenhuma, essa atitude e que, nessa medida, queria deixar o seu protesto nesta Assembleia Municipal e queria dizer ao membro António Cardoso algumas coisas no âmbito desse assunto.-----

Referiu que, decorrente da lei da reorganização administrativa territorial autárquica, ou o Município decidia por si ou alguém decidiria por ele e que, nessa medida, o Executivo da Câmara entendeu, e no seu entender, muito bem, propor aos munícipes, às Assembleias de Freguesia e às Juntas de Freguesia, começar por agregar as freguesias mais pequenas. Frisou que essa opinião foi, inclusive, corroborada pelo próprio membro António Cardoso quando o mesmo disse, nos artigos que escreveu, que não fazia sentido unir grandes freguesias, que são maiores que concelhos, dando desse modo a entender que, provavelmente, não estaria muito de acordo com uma eventual agregação de Santa Maria de Lamas com Lourosa, ou Lourosa com Argoncilhe, ou algo do género.-----

Aludindo ao ocorrido na freguesia de Louredo, disse que o assunto foi discutido, que foram



realizadas duas sessões da Assembleia de Freguesia e que a população foi convocada para, aí, discutir essa matéria, fazendo sobressair que estiveram presentes aqueles que quiseram participar dessa discussão. Afirmou que, em consequência do discutido, aquela Assembleia de Freguesia aprovou uma proposta, por unanimidade, que posteriormente foi presente a esta Assembleia Municipal. -----

Frisou não ter qualquer vergonha e sentir-se muito orgulhoso do que fez, fazendo sobressair que, ao longo dos anos, procurou criar instrumentos para que a freguesia de Louredo pudesse ser gerida convenientemente. Recordou que, por diversas vezes, manifestou a sua discordância com a lei da reforma administrativa mas que, perante a mesma, tinha que tomar uma posição, afirmando ter tomado aquela que pareceu-lhe a mais correta, em defesa dos louredenses. Comentou ser com muita pena que sai da Junta de Louredo deixando a sua terra de ser freguesia, mas que agiu na defesa da sua população, frisando que se não o tivesse feito é que devia sentir vergonha. -----

Reafirmou que o membro António Cardoso tem direito, como cidadão, à sua livre opinião, recordando, no entanto, que como dirigente partidário o mesmo tinha obrigação de ter apresentado alternativas e não o fez, lembrando que aquilo que o membro António Cardoso propôs foi que se estivesse de acordo com a transferência da freguesia de Milheirós de Poiares para o Concelho de S. João de Madeira, desmembrando o Concelho de Santa Maria da Feira. - O membro Fernando Moreira reafirmou que até poderia concordar com algumas das posições expressas pelo membro António Cardoso mas que, para isso, tais posições teriam de ter sido discutidas num âmbito mais vasto, a nível nacional, sublinhando que, em tese, tanto se pode dizer que 3 ou 4 freguesias do Concelho de Santa Maria da Feira podem ser transferidas para S. João da Madeira, como se pode admitir que o Concelho de S. João da Madeira se agregue ao de Santa Maria da Feira, ao de Oliveira de Azeméis ou ao de Vale de Cambra, sublinhando que, em tese, tudo isso é possível. -----

Salientou que ou o Município decidia qual o melhor, dentro do pior, para si, ou sujeitava-se à extinção de 13 das suas freguesias bem como à eventualidade de serem agregadas grandes freguesias, como Lourosa com Fiães, ou Fiães com Argoncilhe. Ressaltou que a freguesia de Louredo até poderia não ser indicada para extinção mas que, por outro lado, poderia ser agregada de uma forma não pretendida pela população. Sublinhou que, em Louredo decidiu-se tomar a atitude que melhor parece defender os louredenses. -----



Frisou não ser por uma freguesia ter 10 mil habitantes e cerca de 20 km² de área que se torna ingovernável, sublinhando não ter dúvidas de que, havendo pessoas interessadas em defender esse território, o mesmo pode efetivamente melhorar. Disse, contudo, ser necessário esperar para ver como serão produzidas determinadas leis, como a lei eleitoral, a lei das Finanças Locais e a lei das competências dos órgãos autárquicos.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Fernando Moreira reafirmou não se envergonhar em nada do que fez e que, embora não estando a representar os seus colegas presidentes de Junta, considera não ser legítimo, principalmente da parte de um dirigente partidário, que aquele fale da forma como falou das pessoas que, legitimamente e fazendo o seu melhor, tentaram defender as populações das suas freguesias. -----

O membro *António Cardoso* (PS) pediu a palavra, dizendo que o fazia em face da intervenção efetuada pelo membro Fernando Moreira, o que lhe foi concedido.-----

Disse compreender o peso de consciência daquele Presidente de Junta por ter passado um atestado de óbito à freguesia de Louredo, comentando entender que tal pese na consciência e deixe as pessoas intranquilas. -----

Referiu que não iria discutir opiniões, que tem as dele e que teve a oportunidade de as divulgar, ressaltando também não achar correto que se tenham lido extratos cortados de artigos que escreveu mas que, por outro lado, achava interessante que as opiniões que vai produzindo na comunicação social mereçam tanta atenção. -----

Salientou que não é o PSD que dá lições de moral ao PS, frisando, no que respeita à democracia, que a Assembleia Municipal enfrentou um desafio à verdadeira democracia, que era respeitar a vontade popular manifestada pela população de Milheirós de Poiães, fazendo sobressair que essa vontade não foi respeitada, e que queria deixar esse aspeto claro.-----

Concluindo disse que, nesta Assembleia Municipal, ninguém dá lições de moral e de ética política ao Partido Socialista.-----

Em seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, face às questões diretamente colocadas à Câmara.-----

Disse que começava por juntar as intervenções efetuadas pelos membros Victor Neves e Jorge Silva para salientar que, tal como abordou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos,



é impensável que a Câmara se possa conduzir, nas obras a concretizar, com a intervenção deste ou daquele membro da Assembleia, afirmando que só pode pensar desse modo quem não tem o mínimo de senso comum. Ressaltou que, caso a Câmara levasse em conta todos os pedidos, teria cada um dos 64 membros da Assembleia a defender a realização desta ou daquela rua, lembrando que o Concelho tem cerca de 1.500 quilómetros de estrada. Ressalvou que, na impossibilidade de realizar todos os pedidos, a Câmara ficaria liberta para fazer o que é razoável, frisando ser a Câmara Municipal, em colaboração com as Juntas de Freguesia, que define quais as prioridades para o Concelho. -----

Em relação à intervenção do membro Telmo Gomes, disse nunca ter ouvido falar que a Assembleia da República faz homologações de leis, salientando que, pelo que sabe, no dia 1 de maio entrará em vigor uma lei a respeito da publicidade. -----

Quanto à questão colocada sobre a cobrança da taxa de publicidade relativa aos placares que são identificativos dos estabelecimentos, recordou que, há alguns meses, a Assembleia Municipal deliberou não cobrar essas taxas, sublinhando que, nesse aspeto, o Município de Santa Maria da Feira antecipou-se à Assembleia da República. Frisou que, nesse ponto, não percebia qual a preocupação do membro Telmo Gomes. -----

Quanto à questão relacionada com a Associação Particular de Solidariedade Social Padre Osório, e do projeto submetido à ADRITEM, disse ter falado várias vezes com o Sr. Presidente daquela associação e que o mesmo disse-lhe que a Associação Padre Osório não tem capacidade financeira para suportar os 40 ou 50% que eram necessários suportar. -----

Perante alguns apartes vindos da bancada do grupo municipal do PS, o Sr. Presidente da Câmara frisou conhecer muito bem o Sr. Presidente da Associação Padre Osório e saber que o mesmo, apesar de ser candidato pelo PS, é homem de carácter para, perante a Assembleia Municipal, confirmar o que ele – Presidente da Câmara – disse, aconselhando aos membros do PS a não porem em causa as suas palavras, recordando que sempre que o fizeram tiveram que se retratar. -----

Sobre a questão relacionada com os ajustes diretos, de que falaram os membros Nuno Serrano e José Leão, disse que, para que não restassem dúvidas e para que não se continue a dizer inverdades, solicitou aos serviços da Câmara a elaboração de um documento informando quais os ajustes diretos feitos pela Câmara no decorrer do presente mandato. Frisou ser uma informação técnica, não política, convidando cada um dos membros presentes a levantarem



um exemplar dessa informação, que se encontrava disponível. -----

Referiu que, tal como mostra essa informação, os procedimentos executados por ajuste direto estão na casa dos 8 milhões de euros, salientando que quem anda a falar desse assunto anda a tentar enganar os feirenses fazendo crer que um ajuste direto é uma encomenda a um empreiteiro e entrega de uma determinada obra, fazendo realçar que um ajuste direto, na generalidade dos casos, tem uma consulta prévia a três ou cinco empreiteiros. -----

Destacou que algumas pessoas, para fazerem as afirmações que fazem é porque não sabem do que falam, dizendo que, depois, algumas dessas pessoas, sendo do partido socialista, levam a que o candidato desse partido faça afirmações absolutamente contrárias à verdade. Pediu a tais pessoas que aconselhem melhor aquele candidato para que o mesmo não ande a meter tal tipo de argoladas. -----

Disse, em seguida, ter estranhado uma afirmação feita pela deputada municipal Lúcia Gomes, dizendo tê-la como uma pessoa que, normalmente, fala a verdade, referindo que só pode compreender tal afirmação pelo mau funcionamento dos serviços da CDU porque receberam o documento e não deram conhecimento desse facto à Lúcia Gomes. -----

Realçou que a Câmara mandou para os partidos da oposição o projeto das Grandes Opções do Plano e que, portanto, o que está escrito no relatório de avaliação do Estatuto do Direito da Oposição do ano de 2012, está muito bem escrito, fazendo sobressair que as pessoas dos outros partidos presentes poderão confirmar que receberam o projeto das Grandes Opções do Plano. -----

Em relação à afirmação de que existem pessoas a tomar banho na Praia Fluvial da Mámoa, disse que, com certeza, não foram influenciadas nem pelo Sr. Presidente nem pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara para o fazerem, sublinhando não ter sido dada qualquer autorização nesse sentido, recordando, todavia, que a praia fluvial encontra-se num espaço público e que, portanto, as pessoas vão para lá nas mesmas circunstâncias em que vão, por exemplo, para as praias que não têm bandeira azul. -----

Respondendo ao aparte que, naquele instante, a deputada municipal Lúcia Gomes fez dizendo que a obra é da Câmara e que alguém tem que fiscalizá-la, o Sr. Presidente da Câmara fez sobressair que, mesmo sendo uma obra da Câmara, a Câmara não pode colocar naquela praia uma pessoa em permanência para avisar as pessoas para não tomarem banho, sublinhando que o que a Câmara está a fazer é levar a cabo os procedimentos normais para ser aberto o



concurso da concessão da praia fluvial.-----

Sobre a questão relacionada com as pedreiras de Lourosa, ressaltou poder garantir que não houve nenhuma ocasião em que a Câmara recusou dar, à Comissão de acompanhamento criada pela Assembleia Municipal para acompanhar aquela obra, qualquer elemento que a mesma tivesse pedido.-----

Quanto à intervenção efetuada pela deputada municipal Lia Ferreira, disse respeitar muito a posição daquela deputada municipal e as necessidades das pessoas que possuem algumas dificuldades de mobilidade ou que sejam portadoras de alguma deficiência. Ressaltou que a Câmara tem as suas prioridades e que é impraticável ter pavilhões adaptados a todos os desportos, fazendo sobressair que a Câmara tem de fazer aquilo que considera ser prioritário. Nessa medida, informou que o prioritário para a Câmara é, essencialmente, fazer arranjos nas ruas para possibilitar a locomoção das pessoas, dizendo que esse trabalho está a ser feito com uma colaboração muito grande do Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência. -----

Disse querer recordar, também, o grande papel que a Câmara, através da empresa municipal Feira Viva, tem feito no Concelho de Santa Maria da Feira no desporto adaptado, principalmente na área da natação. -----

Sobre a questão colocada pelo membro Rui Tavares, a propósito do pavilhão de Fiães, informou ter sido aprovado, na última reunião camarária, uma prorrogação do prazo até julho próximo, sublinhando que a Câmara está esperançada que a obra fique concluída dentro desse prazo.-----

Em relação a uma mina que aluiu no campo de futebol, onde se realizaram as intervenções, informou que a Câmara está a aguardar pela conclusão do respetivo campeonato para poder intervir e acabar o trabalho, dizendo considerar isso razoável.-----

Quanto à piscina de S. João de Ver, esclareceu que foi acionado o seguro e que a respetiva companhia de seguros já notificou a Câmara no sentido de que vai pagar a obra, informando que a mesma já está adjudicada. -----

Sobre a questão relacionada com a compra e venda dos terrenos em Argoncilhe, disse que essa situação foi devidamente coordenada, fazendo sobressair que a Câmara vendeu lotes de terreno com a intenção de, conforme o acordado com a Junta de Freguesia, comprar terrenos para o Parque de Lazer. Salientou que, recentemente, foi deliberado pela Câmara fazer uma permuta por um terreno que a Junta de Freguesia de Argoncilhe está a ocupar, frisando que



havia um pré-acordo com o proprietário e que, agora, esse negócio está a ser finalizado. -----
Passou, em seguida, a aludir à questão colocada pelo membro José Leão respeitante ao PAEL para dizer que, na última sessão da Assembleia Municipal, e na sequência de uma intervenção feita pelo representante do Bloco de Esquerda nessa sessão, explicou detalhadamente como funcionava o PAEL. Salientou, contudo, que tendo verificado que se continuam a dizer falsidades em relação a esse Programa, pediu aos serviços da Câmara para fazer “um desenho” de como funciona o PAEL, dizendo que esse documento também se encontrava disponível, convidando os membros da Assembleia a levantarem um exemplar do mesmo. ----
Referiu que, de qualquer das formas, repetia que o PAEL foi um programa que o Governo criou para ajudar as Câmaras, e que foi dividido em dois programas, o Programa I e o Programa II. Frisou que os municípios que integram o Programa I ficam obrigados, efetivamente, a subir as taxas para o máximo, mas que os aderentes ao Programa II não estão obrigados a isso, sublinhando que o Município de Santa Maria da Feira é um dos que integram o Programa II e que, portanto, não está obrigado a subir as taxas para o máximo. ----
Perante alguns apartes feitos pelo membro António Cardoso, o Sr. Presidente da Câmara referiu, ironicamente, que podia pedir à técnica da Câmara para dar àquele membro uma hora de formação sobre o modo como funciona o PAEL para que, desse modo, o mesmo percebesse minimamente essa questão e não insistisse em dizer coisas que não são verdade. ---
Concluindo, e a propósito das intervenções efetuadas, o Sr. Presidente da Câmara comentou que um membro da Assembleia pediu relvados sintéticos em todo o Concelho, outro pediu uma rede de skates, outro a pavimentação de todas as ruas, entre muitos outros pedidos, reafirmando, sobre isso, que quando se pede o impossível a Câmara fica liberta para fazer aquilo que entende que é o mais razoável, rematando por dizer que “Deus ajuda a quem é coerente”.-----

O membro *António Cardoso* (PS) pediu a palavra, o que lhe foi concedido. Recordou a questão que colocou relacionada com a obra a decorrer na Rua de S. Martinho, dizendo que a mesma não foi respondida e que gostava de saber se o dono daquela obra é a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia.-----

Relativamente às obras a decorrer nessa rua, perguntou se são do conhecimento do vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil e Ambiente, do Executivo PSD da Câmara



Municipal. -----

O membro *Nuno Serrano* (BE) pediu a palavra, o que lhe foi concedido. Salientou, sobre o assunto dos ajustes diretos, que no documento disponibilizado pelo Sr. Presidente da Câmara na presente sessão falta os valores dos ajustes diretos de 2013 e de 2009, após a tomada de posse da corrente Câmara. Referiu que queria deixar claro os ajustes diretos efetuados pela Câmara, no mandato em curso, rondam os 15 milhões de euros, e que quem tiver dúvidas disso pode consultar o site oficial do governo, para confirmar essa situação. -----

Sobre a rede viária do Concelho, disse ser sabido por todos que a mesma se encontra muito degradada, mas que ficou pasmado porque não tinha a ideia que, como ouviu, toda a rede viária concelhia precisa ser intervencionada. -----

A deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) pediu a palavra, o que lhe foi concedido, começando por dar nota que tem o maior respeito pelo Sr. Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência. -----

Salientou, contudo, que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara lhe respondeu nada tem a ver com as questões que colocara, recordando ter questionado o porquê da Câmara não ter aproveitado o financiamento para estudos e projetos de promoção de planos municipais de acessibilidade, lembrando ter dito que, terminados os três anos de duração desse programa, vai abrir a 2.^a fase para os municípios que aderiram a esse programa pedirem financiamento, para implementarem a obra relacionada com esses estudos e projetos. -----

Disse ter falado de planeamentos estratégicos, de fiscalização, que não falou de pavilhões para todos os desportos adaptados mas sim de responsabilidade social, de estratégia, de planeamento, de investimento, de captação de turismo, frisando terem sido essas as questões que colocou à Câmara. -----

Fez sobressair que quando fala na questão dos acessos, não está a referir-se somente às pessoas que, como ela, são portadoras de deficiência, mas sim à realidade de 60% da população portuguesa, destacando que as acessibilidades não são coisas só das pessoas com deficiência. A deputada municipal Lia Ferreira concluiu por agradecer que a Câmara lhe desse resposta às questões que colocou, comentando que tais respostas ficaram por lhe ser dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, não intervenção que o mesmo efetuou. -----



A deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) pediu a palavra, o que lhe foi concedido. Começou por pedir à Câmara fizesse chegar à CDU o comprovativo da entrega das Grandes Opções do Plano para 2013, comentando, ainda, que a CDU não tem serviços, que tem é militantes. -----

Relativamente à Comissão de Acompanhamento à Reforma da Administração Local, disse que os membros da mesma pediram a análise dos fissurómetros, que são os pontos de medição das fissuras e os pontos de análise dos furos, salientando que esse pedido foi feito ao Sr. Vice-Presidente da Câmara mas que essa informação não foi prestada, comentando que os requerimentos orais também são válidos. -----

Sobre a Praia Fluvial da Mámoa, referiu que os terrenos estão afetos ao domínio público, que foram gastos 1,3 milhões de euros naquela obra, que foi monitorizada a qualidade da água e que se ficou a saber que a mesma não está em condições e que não cumpre várias leis relativas a proteção civil e ambiental, que a Câmara não veda o local que ainda não está concessionado, que não protege os cidadãos, que não coloca qualquer sinalética a dizer se a água é, ou não, potável e própria para uso balnear, comentando que essa sinalética é obrigatória. -----

Concluindo, referiu que a Câmara Municipal assumiu, perante a Assembleia Municipal, que se acontecer alguma coisa na Praia Fluvial da Mámoa, se vai desresponsabilizar, reafirmando que aquela obra ainda é da responsabilidade da Câmara porque ainda não foi concessionada. --

O membro **Rui Tavares** (CDS-PP) pediu a palavra, o que lhe foi concedido. Disse que queria reforçar o pedido de esclarecimento em relação ao muro de suporte, e não alargamento, que está a ser feito na Rua de São Martinho, em Argoncilhe, comentando que a última obra que a Junta de Freguesia se aventurou a fazer foi, literalmente, pela água abaixo. -----

Referiu que, por vezes, parece-lhe que algumas obras decorrem com muita irresponsabilidade, dizendo que era bom que a Câmara tivesse consciência daquilo que se vai fazendo, no caso, em Argoncilhe, e agisse em conformidade, pondo as coisas na ordem. -----

Concluindo, e quanto aos pedidos feitos à Câmara, o membro Rui Tavares disse que tais pedidos acontecem porque, tendo o Sr. Presidente da Câmara barbas brancas, faz lembrar o Pai Natal e, por isso, pedem-lhe tudo, ironizando que “quando for o bigode”, vai ser diferente. -----



Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, face às segundas intervenções efetuadas, dar os esclarecimentos que entendesse por convenientes.-----

Aludindo à obra na Rua de São Martinho, em Argoncilhe, informou que a obra foi adjudicada pela Junta de Freguesia, salientando, a propósito da localização do muro, não poder dizer se o mesmo está a ser feito, ou não, no local projetado, referindo que o que sabe é que o projeto foi feito pela Câmara, que a obra está a decorrer e que, naturalmente, está a ser acompanhada pelos serviços técnicos da Câmara.-----

A propósito do comentário sobre as suas barbas brancas, realçou que, naturalmente, as barbas brancas dão uma outra respeitabilidade que os meninos de barbas pretas não têm.-----

Sobre a Praia Fluvial da Mámoa, ressaltou que a Câmara pagou à Administração da Região Hidrográfica do Centro a monitorização da água, dizendo, contudo, que daria a palavra ao Sr. vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil e Ambiente para dar mais alguns esclarecimentos sobre esse assunto.-----

Sobre as questões colocadas pela deputada municipal Lia Ferreira, disse que a Câmara de Santa Maria da Feira não concorreu ao financiamento para estudos e projetos na área das acessibilidades, tal como não concorreram a maior parte das câmaras, porque a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira já teve uma experiência negativa nesse âmbito. Sobre essa experiência, referiu que a Câmara encomendou um estudo a uma senhora que a deputada municipal Lia Ferreira conhece muito bem, tal como conhece muito bem o estudo em questão, salientando que essa senhora limitou-se a recolher os elementos que a Câmara tinha, empacotá-los de uma forma muito bonita, fazendo sobressair que esse estudo nada trouxe de novo à Câmara, que ficou encostado mas que custou muito dinheiro à Câmara.-----

Ainda e esse respeito, disse que o governo poderia ter posto à disposição da Câmara esses cerca de 300 mil euros, salientando que, por pouco dinheiro que fosse, podia ser utilizado para fazer um rebaixamento de um passeio, para instalar um elevador, mas que, infelizmente, preferiu disponibilizar essa verba para a realização de estudos.-----

Disse ter trocado impressões com outros presidentes de Câmara, principalmente com os das Câmaras que integram a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, e que chegaram à conclusão de que não valia a pena gastar dinheiro em estudos que, depois, não servem para mais nada e que, por isso, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira optou por não recorrer ao programa.-----



A deputada municipal *Lia Ferreira* disse, a partir do seu lugar, que a Câmara não tinha de recorrer a serviços externos, que poderia fazer esses estudos recorrendo à prata da casa, citando o exemplo da Câmara do Porto como tendo feito isso, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* retorquiu dizendo que a Câmara do Porto, nessa área, eventualmente paga a um Provedor quando o Município de Santa Maria da Feira tem um Provedor em regime de voluntariado, ressaltando serem situações muito diferentes, ao que a *Lia Ferreira* replicou salientando que o Sr. Presidente da Câmara já estava a querer fugir à questão. -----

Seguidamente, e a pedido do Sr. Presidente da Câmara, usou da palavra o Sr. vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil e Ambiente, *Emídio Sousa*, para dar alguns esclarecimentos complementares em relação à Praia Fluvial da Mámoa. -----

Começou por dar nota que a água daquela praia fluvial nunca será potável, destacando que em causa estava saber se a água tem, ou não, a qualidade necessária para a prática balnear. -----

Frisou que, em termos de prática balnear, há um período definido por lei como sendo a época balnear, de junho a setembro, salientando que quem gerir uma praia, seja ela marítima ou fluvial, tem de propor um período, ressaltando que no caso da Praia Fluvial da Mámoa foi proposto que a época balnear seja, para 2013, os meses de julho e agosto. -----

Ainda em relação à qualidade da água informou que, em 2012, a Câmara solicitou à entidade competente, no caso, à Administração da Região Hidrográfica do Centro, para fazer a monitorização da mesma, tendo essa entidade considerado a água como sendo própria para a prática balnear. -----

Referiu conhecer casos de câmaras que abriram concursos para a concessão a um privado da gestão da praia, ressaltando que a esse privado cabe, também, a responsabilidade pela vigilância da praia durante o período da concessão, frisando ser evidente que, fora do período considerado como época balnear, a responsabilidade pela ida a banhos é individual. Disse que, certamente, muitos dos presentes já terão tomado banho, na mocidade, em rios e similares, que alguns ainda o farão, frisando não lhe passar pela cabeça que se possa responsabilizar a Câmara por alguém ir tomar banho fora do período da época balnear, sublinhando que, nesse caso, a responsabilidade é individual, é de quem toma essa decisão. ----

Entretanto, havia entrado o membro Manuel Jacinto Moreira – Presidente da Junta de



Freguesia de Romariz, tendo saído os membros Nuno Serrano, Jorge Silva e David Ferreira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana. -----

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”-----

1 – Ata N.º 23 – Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2013-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento após as últimas alterações introduzidas, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor e 9 abstenções, aprovar a Ata n.º 23 – referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2013. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do II Relatório de 2013, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 23 de abril de 2013, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----



3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 30/04/2012)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, relativamente ao assunto em epígrafe, aludiu à informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, datada de 24 de abril de 2013 – oportunamente distribuída, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor seguidamente se transcreve:-----

“Na sequência da deliberação camarária de 24 de abril de 2012 e da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 30 de abril de 2012 no seu ponto 11, n.º 3, cumpre-me dar conhecimento que não foram assumidos compromissos plurianuais ao abrigo da autorização previa genérica concedida, nomeadamente no período de 20/02/2013 até à presente data.”-----

O Sr. Presidente da Assembleia, em face dessa informação, e confirmando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

Reentraram os membros Nuno Serrano, Jorge Silva e David Ferreira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana.-----

4 – Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2012 da Câmara Municipal-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel.-----

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para que prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 23 de abril de 2013 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) que começou por dizer que os eleitos na Assembleia Municipal não vêm, para este órgão, fazer nenhum frete nem nenhum papel, mas



sim cumprir a Democracia bem como a Constituição. Salientou que, como eleitos por uma força política, têm a legitimidade de dizer aquilo que entendem sobre o que está escrito pelo Executivo Permanente da Câmara, no Relatório e Contas, ressaltando que o Sr. Presidente da Câmara ao desvalorizar, antes de sequer ouvir, o que a oposição tem a dizer sobre a matéria, demonstra bem a postura do mesmo perante o que a oposição tem a dizer.-----

Referiu que, se para o Sr. Presidente da Câmara, estar nas sessões da Assembleia é um frete, então que pode sair, chamando a atenção do Sr. Presidente da Câmara que, se o mesmo entende o que a oposição diz somente como críticas, então que algumas delas estão já vertidas em políticas que a Câmara adotou.-----

Recordou que a CDU, desde cedo, apresentou várias propostas a respeito do uso de software livre e que a Câmara está a adotar o software livre, que a CDU apresentou propostas com vista à impressão frente e verso e que a Câmara está a imprimir a frente e verso, e que a CDU tem defendido várias soluções para o Concelho que vão muito para além desses pormenores e que a Câmara até está a seguir algumas das propostas feitas pela CDU.-----

Comentou que se o Sr. Presidente da Câmara não entende essa noção de Democracia, de que os eleitos estão na Assembleia Municipal para ajudar a construir um Concelho melhor, então que ainda bem que o Sr. Presidente da Câmara está a cumprir o seu último mandato.-----

Sobre o Relatório, salientou que o mesmo começa a falar das causas e da difícil conjuntura atual, dizendo, a esse respeito, que se o Executivo Permanente se quer queixar, que se vá queixar ao seu partido no governo, e também ao CDS-PP, destacando serem os grandes responsáveis pela atual conjuntura e pelo ataque sem precedentes ao Poder Local Democrático.-----

Frisou, em seguida, que no Relatório nada é dito sobre a extinção, pura e simples, de freguesias, destacando que essa terá sido a discussão mais marcante, para o Concelho e para os munícipes, ocorrida em 2012, mas que nada é dito sobre a extinção de freguesias e sobre o impacto que essa extinção terá na vida de cada um dos munícipes.-----

Disse que a Câmara, por vezes, faz um ato de contrição, que fez um pouco desse ato de contrição na sessão solene do 25 de Abril, mas que não foi suficiente.-----

Referiu que a taxa de execução do Orçamento, de 53,77%, dá um Suficiente Menos à Câmara, salientando que a taxa de execução do Orçamento da Despesa foi de apenas 33,82%, e que isso significa que 33,82% foi o investimento que foi feito no Concelho, comentando que



grande parte desse investimento deve ter sido feito em publicidade e outdoors porque, de resto, não vê onde poderá ter ocorrido esse investimento. -----

A deputada municipal Lúcia Gomes prosseguiu a sua intervenção dizendo que, uma vez mais, o grosso da receita arrecadada proveio das Taxas, Multas e Outras Penalidades, questionando qual o valor exato da taxa de saneamento e da taxa de não ligação, bem como qual a percentagem em relação à receita total derivada dessas Taxas, Multas e Outras Penalidades. ---

Relativamente aos impostos diretos, referiu que o próprio Presidente da Câmara assumiu não haver nada de novo, destacando o aumento da receita arrecadada no IMI de 5,55%. -----

Quanto ao IRS, destacou que o Relatório também não diz nada sobre a receita cobrada através do IRS e que isso deixa a oposição, mais uma vez, sem qualquer tipo de informação para poder fazer propostas alternativas. -----

Disse ser curioso, nas Despesas com Aquisição de Bens e Serviços, existir variações de faturação na ordem dos 2.221,06% em Mercadorias para Venda, e de 3.412,87% em Deslocações e Estadas, questionando qual o retorno desses aumentos, quais as empresas que acompanharam as missões a Moçambique e a Marrocos, e quais os resultados concretos obtidos, nomeadamente, em termos de colocação dos produtos no mercado, da criação de postos de trabalho, do aumento da exportação e da atração de investimento para o Município. -

Referiu ver, de igual forma, uma grande estratégia de engenharia financeira que se traduz na transformação da dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo, ressaltando que essa questão foi falada pela vereadora Margarida Gariso na reunião de Câmara, dizendo que, a respeito dessa matéria, citava a afirmação do Sr. Presidente da Câmara quando o mesmo afirmou que uma dívida só é estrutural quando ultrapassa 120% do orçamentado. -----

Nesse âmbito, e no que respeita ao Município de Santa Maria da Feira, disse não poder considerar-se o orçamentado uma vez que o Orçamento é empolado e, portanto, fictício, mas sim que se tinha de considerar o que é executado, fazendo sobressair que o Município arrecadou uma receita de 58 milhões de euros e que tem uma dívida global de 65 milhões de euros, o que representa 110%. Frisou que, assim sendo, falta pouco para que a dívida da Câmara de Santa Maria da Feira seja considerada estrutural. -----

Referiu que, todavia, queria saudar a diminuição do prazo de pagamento da Câmara. -----

Prosseguiu dizendo ler-se no Relatório que a lei obrigava a uma redução de 11 dos seus funcionários mas que, como que orgulhosamente, o Executivo Permanente escreve que



conseguiu reduzir em 55 o número dos seus colaboradores. Disse ter ouvido nos discursos feitos na sessão solene do 25 de Abril que a Câmara tem muito orgulho nos seus funcionários, que os mesmos são exemplares e que têm de ter todos os direitos, e que ouviu dizer que o ataque à Administração Pública que está a acontecer, não devia acontecer. -----

Pediu ao PSD que se entenda, questionando se são, ou não são, os funcionários públicos que estão “a levar pela medida grande” uma vez que lhes foram cortados os subsídios de férias e de natal, uma vez que não há lugar a promoções e que as carreiras se encontram congeladas. Frisou que, depois desse louvor feito aos funcionários públicos, é contraditório que a Câmara tenha despedido 55 colaboradores, quando somente tinha de reduzir o Pessoal em 11 trabalhadores. -----

Salientou ser igualmente contraditório quando, na discussão tida na reunião camarária, o Executivo Permanente tenha apresentado a diminuição do desemprego no Concelho, ocorrida no último mês, como uma boa notícia, questionando, nesse âmbito, quem é que se vai despedir uma vez que, cada vez mais, há menos empresas para fechar. -----

Fez sobressair, a respeito dessa questão do desemprego, que a comparação tem que ser feita com dados homólogos, informando que, segundo dados retirados da página na internet do IEFP, em março de 2012 eram 9.620 o número dos desempregados no Concelho e que, em março de 2013, eram 9.904, representando um aumento de 4% no desemprego em termos homólogos, dando nota que, desses desempregados, 54% são mulheres. -----

Relativamente ao saneamento, disse ser como o Sporting, que “é para o ano”. -----

Sobre o atraso verificado nas Bacias de Lage e Cáster, disse que a conclusão das obras estavam apontadas para 2007, que depois passou para 2011, e que agora se aponta o inverno rigoroso como a causa desse atraso, comentando ainda que, segundo a SIMRIA, o atraso deve-se a duas linhas de autoestrada e às condutas de gás natural. -----

Sobre a Caixa das Artes, referiu que quando a CDU sugeriu a utilização do edifício do antigo Matadouro, porque já se tinha investido 50 mil euros na cobertura do mesmo e porque seria um bom dinamizador da Linha do Vale do Vouga, a Câmara disse que não podia ser, que era uma solução completamente abstrusa porque estava fora do centro da cidade. Disse que, nessa medida, ficou espantada ao ler no jornal Terras da Feira que a Câmara até aplaude que aquele espaço esteja a ser utilizado pelos jovens, o que demonstra que, se calhar, a CDU até tinha razão. -----



Perguntou o que aconteceu aos 250 mil euros gastos no projeto da Caixa das Artes, frisando que, agora, e contra tudo aquilo que a Câmara afirmou anteriormente, a Câmara fala na requalificação do Cine-teatro António Lamoso e que até já foi aberto o concurso para essa requalificação, fazendo sobressair, a esse respeito, que tais procedimentos verificam-se sem que a Câmara tenha prestado qualquer informação à Assembleia Municipal. Nesse âmbito, referiu que quando alguns dos membros da Assembleia defenderam, neste Órgão, a requalificação daquele Cine-teatro, foram acusados de serem saudosistas, comentando que, agora, ou os saudosistas trocaram de lugar ou foi dada razão aos protossaudosistas.-----

A propósito, e ironicamente, deu os parabéns à Câmara pela obra que foi feita naquela zona, referindo-se ao hipermercado Continente, dizendo que queria agradecer o trânsito absolutamente caótico naquele local, a presença de mais uma grande superfície comercial, e também por tais grandes superfícies poderem estar abertas ao domingo, frisando que tais medidas estão a matar, por completo, o comércio local do Concelho.-----

Relativamente às taxas de publicidade, referiu que a Câmara apresentou-as como sendo uma grande vitória mas que esqueceu-se de referir, no Relatório, que a CDU fez um requerimento sobre a cobrança dessas taxas, no qual alegou, nos termos do Decreto-Lei n.º 48/2011, a ilegalidade da cobrança das mesmas, salientando que a Câmara esqueceu-se de mencionar, também, a queixa que a CDU fez ao Provedor de Justiça no âmbito dessa matéria. Frisou que a Câmara estava a vangloriar-se por ter, simplesmente, corrigido uma ilegalidade que estava a cometer, frisando, contudo, que deixaria à Mesa da Assembleia esse requerimento, para fazer chegar ao Sr. Presidente da Câmara, dizendo que o fazia para reavivar a memória do Sr. Presidente de todos os argumentos então usados e para que pudesse confirmar que a CDU não está na Assembleia Municipal somente para criticar e que, nesse caso em concreto, até tinha razão.-----

Sobre o estado das estradas no Concelho, salientou que a Indaqua Feira obrigou-se a fazer a repavimentação das estradas em que intervém mas que, agora, está a obrigar a que a Câmara tenha que investir na requalificação das mesmas dado o estado completamente caótico em que se encontram, fazendo sobressair que, em algumas delas, nem sequer uma ambulância do INEM consegue circular.-----

Aludindo à área da Educação, mencionou que se encheram as salas de aula com painéis interativos e com os computadores “Magalhães” mas que existem crianças que não sabem



escrever à mão, apesar de reconhecerem as letras no computador, sublinhando ser um aspeto preocupante. Destacou que com isso não estava a criticar a Câmara mas sim as políticas adotadas pelo governo de José Sócrates, ressaltando que alguém encheu os bolsos com tais medidas. -----

Fazendo menção a uma queixa feita à Câmara pela Associação de Pais de Mosteirô, em outubro de 2011, disse existirem escolas em que as janelas não abrem, que não têm ar condicionado, destacando que a Câmara deveria intervir quanto a essas questões. -----

Disse que gostava de saber o que a Câmara pretende fazer em relação à escola do Farinheiro, dizendo que a mesma ainda contem fibrocimento, recordando, nesse âmbito, que o Sr. vereador Emídio Sousa disse, na Assembleia Municipal, que se iria proceder à remoção de todo o fibrocimento nas escolas. -----

Questionou para quando o Centro Escolar de Escapães, mencionando que há quatro anos que as aulas estão a funcionar, naquela freguesia, recorrendo-se aos contentores. -----

Quanto a dizer-se, no Relatório, que houve um decréscimo da produção de resíduos urbanos, frisou que isso acontece porque as pessoas estão a passar fome e, portanto, não produzem tantos resíduos, ressaltando o trabalho feito pela Ação Social da Câmara, na ajuda dessas pessoas. Salientou que, conforme consta do Relatório, o rendimento familiar bruto das famílias que recorreram ao apoio da Ação Social foi de 362 € por mês, e que isso significa uma redução, relativamente a 2011, de 128 €, e a um rendimento per capita de 64 €, dizendo ser desse modo que as pessoas estão a viver no Concelho. -----

No âmbito da recolha do lixo, disse que a CDU continua a defender a não discriminação de freguesias, focando que na freguesia de Santa Maria da Feira a recolha realiza-se quatro dias por semana enquanto nas restantes essa recolha ocorre em dois dias semanais, fazendo sobressair que não sabe como é que vai acontecer com o novo mapa de freguesias no Concelho, com os novos agrupamentos de freguesias. -----

Frisou que a CDU defende a separação e triagem no domicílio, recordando, também, que o PERSU obriga a que, em 2014, se atinja a meta dos 50% na compostagem desses resíduos, salientando que o atual projeto que a Câmara está a promover só serve casas que tenham jardim, questionando o que pretende a Câmara fazer no âmbito dessa matéria. -----

A respeito do Transfeira, linha de transporte coletivo regular de passageiros na cidade, passou a ler extrato do Relatório, na sua página 98, que se passa a citar: "...esta linha de transporte



público tem vindo a demonstrar um aumento do número de viagens que decorre da importância que representa para a mobilidade das pessoas, porque consubstancia uma opção de mobilidade urbana sustentável e estruturante para a cidade, por forma a aumentar a qualidade do serviço e simultaneamente melhorar a taxa de cobertura dever-se-á ponderar uma possível atualização do tarifário.” – fim de citação. -----

A deputada municipal Lúcia Gomes, a respeito do Transfeira, disse que a CDU sempre defendeu um maior número de veículos a circular bem como o acrescento de outros trajetos mas que aquilo que a Câmara propõe é o aumento dos preços e que, depois, a Câmara ainda afirma, no Relatório, que esse acréscimo decorre das características do trajeto, da rede viária e da procura relativamente ao centro da cidade/escolas, que não permitirá em 2013 uma evolução positiva do número de viagens. Frisou que o que a Câmara diz é que as pessoas precisam do Transfeira e que, portanto, há que aumentar o preço. -----

Sobre a Escola de Hotelaria, disse, ironicamente, que agradecia à Deputada Cecília Meireles por ter encerrado a escola e à Câmara por continuar a pagar 6000 euros de renda e as viagens dos alunos para a escola sede. Disse saber que a Câmara já negou essa informação mas que foi essa que foi tornada pública, solicitando à Câmara lhe esclarecesse essa questão. -----

Referiu que, num Concelho com mais desemprego, foi fechada a creche do Castelo, sendo uma creche pública.-----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Lúcia Gomes disse que, no Concelho, mataram as freguesias, dividiram as freguesias, encerraram escolas, o saneamento continua por concluir, sublinhando ser esse o legado de tantos anos de governação do PSD e que, portanto, o que a CDU pede é a demissão do Governo e, também, que o PSD se afaste da gestão da autarquia de Santa Maria da Feira, ressaltando que o Concelho de Santa Maria da Feira precisa de outras políticas para se tornar num concelho melhor. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por dizer que queria deixar claro que o Bloco de Esquerda também não foi consultado com vista à elaboração dos Orçamentos Municipais para 2012 e para 2013. -----

Referiu que os sucessivos orçamentos e planos de atividades, apresentados pelo Executivo Camarário PSD, liderado por Alfredo Henriques, traduzem falsas promessas tal como os programas eleitorais do PSD, a nível local e nacional, dizendo que essa é uma realidade



confirmada a cada dia que passa e que indesmentível. -----

Recordou que, aquando da apresentação do Orçamento para 2012, o Sr. Presidente da Câmara afirmou perentoriamente que esse era um orçamento rigoroso, que era para cumprir com exatidão, destacando, sobre isso, que a taxa de execução orçamental de 2012, tendo sido de cerca de 54%, significa que se fez pouco mais de metade daquilo que foi proposto no Orçamento. -----

Disse que a austeridade vivida em 2012 foi uma das razões apontadas para esse sucedido mas que essa austeridade foi autoimposta pelo Governo PSD/CDS-PP, lembrando que a taxa de execução orçamental foi, em 2011, de 51% e que, portanto, a taxa de execução verificada em 2012 está em sintonia com aquilo que tem sido a prática habitual da Câmara Municipal. -----

Referiu que a taxa de investimento foi de 33,8% e que ficou muito aquém do que se propunha, salientando que isso aconteceu numa altura em que mais é preciso investir para dinamizar a economia local, para criar emprego jovem e qualificado, mas que nada disso foi feito. Frisou ser preocupante que, segundo os dados atualizados do desempregado a nível nacional, cerca de 35% sejam jovens, referindo que no Concelho de Santa Maria da Feira o desemprego jovem segue essa percentagem. -----

Salientou que se a Câmara pagasse a tempo e horas contribuiria para que muitos fornecedores, que seguiram a via do desemprego, não tivessem que despedir pessoas e talvez tivessem podido investir e criar novos postos de trabalho. -----

Referiu que a Câmara culpa a austeridade do Governo para a atual situação, acusando o Governo de ter reduzido as transferências para o Município e por ter desviado verbas do QREN para outros fins e para outros territórios, mas que não diz que a receita proveniente dos impostos cobrados pelo Município aumentou, quando anteriormente dizia que essa receita iria diminuir. -----

Destacou que a receita do IMI, uma vez mais, aumentou, ressaltando que caso tivesse sido aceite a proposta feita pelo Bloco de Esquerda no sentido de diminuir a taxa do IMI para as primeiras habitações, ou seja, habitação própria, e aumentar a taxa para fogos devolutos e para as segundas e terceiras habitações, isso contribuiria para minorar as dificuldades das famílias feirenses impostas pela crueldade da austeridade. Fez sobressair que o Executivo Permanente da Câmara, não tendo podido concretizar, nos anos de 2011 e 2012, o aumento da taxa do IMI, vai proceder a uma subida da mesma, em 2013, porque assim o quer. -----



O membro Nuno Serrano prosseguiu a sua intervenção fazendo referência à adesão do Município ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), dizendo ter sido uma marca do presente mandato. Sobre isso referiu que, na presente sessão, numa confissão da sua incapacidade governativa, o Sr. Presidente da Câmara disse que, no final de 2011, o prazo de pagamento da Câmara era de cerca de 250 dias. No âmbito desse assunto frisou que, por diversas vezes, o Bloco de Esquerda citou relatórios oficiais de associações, de construtores civis ou de outras entidades, e que sempre foi acusada de estar a mentir e de estar a fugir à verdade, dizendo ter ficado provado, nesta sessão, quem mentia e quem fugia à verdade, recordando que tais situações estão registadas em ata e que facilmente poderão ser consultadas. -----

Salientou que o PAEL nada mais é do que recorrer a um empréstimo de médio e longo prazo para pagar aquilo que era suposto ter sido pago em 2012, mencionando que grande parte dessas dívidas já vêm de 2004, 2005 e 2006, salientando que isso já ficou claro, por diversas vezes, nesta Assembleia Municipal mas que a Câmara Municipal continua a considerar que fez muito bem ao ter aderido ao PAEL. -----

Frisou que o endividamento a longo prazo aumentou, salientando que o PSD, na Câmara, segue a política do “quem vier a seguir que pague”, dizendo ser a política típica do PSD e CDS-PP e que, nos últimos anos, tem sido claramente corroborada pelo PS, a nível nacional, fazendo sobressair que quando se fala do PAEL fala-se de mais de 10 milhões de euros de dívida, de mais despesas com os juros, de menos investimento, reafirmando ser essa a marca que o PSD deixa na gestão do Concelho. -----

Salientou que um exemplo onde o PSD local segue o Governo PSD é no que respeita ao Pessoal, frisando que a Câmara diz que, por conta das medidas impostas pelo Governo, eram obrigados a reduzir em 11 o número dos seus trabalhadores, mas que reduziu em 55. Nessa medida, referiu que tal como o Governo se gaba de ter ido para além das medidas de austeridade da Troika, também o PSD em Santa Maria da Feira, liderado pelo Sr. Presidente da Câmara, foi muito para além daquilo que o Governo exigia, comentando que foi cinco vezes mais austero do que aquilo que o Governo impunha. Sublinhou que o Executivo Permanente da Câmara diz que as despesas com Pessoal diminuíram bastante mas que se esqueceu de mencionar que tal diminuição foi à custa do confisco de parte dos salários dos trabalhadores e à custa do “roubo” de um subsídio. -----



Prosseguiu referindo que o ano de 2012 foi de reconhecimento de mais dois falhanços colossais de medidas estratégicas para o desenvolvimento do Concelho, dizendo, a esse respeito, que o Europarque está moribundo e que a AEP deixou um calote de 30 milhões de euros para pagar, dizendo serem os portugueses que têm que pagar através do Orçamento de Estado, recordando que o pagamento relativo ao IMI e ao IMT, no âmbito daquele equipamento, foi perdoado.-----

Frisou que outro dos falhanços foi o Parque Empresarial da Cortiça, salientando que, apesar de esse processo não ter ido avante, foram gastos dois milhões de euros na aquisição de terrenos e na construção de uma estrada onde ninguém passa.-----

Quanto às adjudicações por ajuste direto referiu que, em 2012, foram na ordem dos 4 milhões de euros e, portanto, quase o dobro do valor de 2011, mencionando representar cerca de 30% dos bens e serviços adjudicados, tendo em conta os que estão registados no portal do governo, acrescentando que, caso se leve em conta todo o mandato, essa percentagem é de cerca de 36%, comentando ser essa a transparência da gestão dos dinheiros públicos levada a cabo pelo PSD de Santa Maria da Feira. Frisou que, caso se considerasse os números da empresa municipal Feira Viva, então que as percentagens ainda são mais esclarecedoras, assinalando, contudo, o esforço e a evolução verificada nesse âmbito, comentando que em 2012 os ajustes diretos representaram 79,5% do total das adjudicações quando, em 2010 e 2011, representavam 100%.-----

Referiu que, apesar de várias vezes anunciada a conclusão da rede de saneamento, a mesma continua por concluir e que não se sabe quando ficará pronta, salientando que a Câmara também não está a cumprir o contratualizado com a Indaqua Feira e que, por isso, incorrerá em penalidades que constam desse contrato, frisando, contudo, que nada do que falou é novidade.-----

Disse que a rede viária do concelho encontra-se num estado lamentável, que a Indaqua Feira não entrega a rede viária em estado semelhante ao que encontrou quando iniciou as obras, aludindo, também, ao excesso de tempo que aquela empresa demora a executar a obra. Nesse âmbito, questionou se tal sucede devido à Câmara Municipal se encontrar em incumprimento perante a Indaqua Feira, levando aquela a não cumprir o contratualizado.-----

Focou que, perante tal estado da rede viária, o Sr. Vice-Presidente da Câmara e responsável pelo Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil e Ambiente, e candidato pelo PSD à



Câmara nas próximas eleições autárquicas, veio agora dizer que a prioridade dos próximos anos será fazer aquilo que não foi feito e reparar aquilo que a Indaqua Feira estragou.-----
Frisou que o Concelho continua sem uma estratégia para uma Rede de Transportes, dizendo que tal rede torna-se, a cada ano que passa, uma urgência cada vez maior devido à centralização dos serviços na sede do Concelho, tal como se verifica com os CTT e já se verificou com outros serviços. Questionou o que é feito do estudo para a implementação de um sistema de transportes públicos no Concelho, fazendo sobressair que, apesar de prometido para 2009, nada foi feito quanto a isso durante o tempo do mandato que já decorreu, dizendo bastar analisar os documentos para se perceber os inúmeros estudos que são feitos e que não servem para nada, apesar de onerarem o erário público do Município.-----
Sublinhou que o preço dos combustíveis está sempre a aumentar e o poder de compra dos feirenses a diminuir, recordando, também, a recente extinção de 10 freguesias do Concelho, comentando que essas freguesias foram executadas pelo PSD de Santa Maria da Feira.-----
Em relação ao Ambiente, disse ser conhecida a importância que o Executivo PSD de Santa Maria da Feira dá a essa matéria, ressaltando bastar recordar as palavras recentes do Sr. Vice-Presidente da Câmara que afirmou que o PDM verá, um destes dias, a luz do dia, e que não terá qualquer apreciação a nível ambiental, para comprovar que, também em matéria ambiental, o PSD local segue o nacional uma vez que deixa fazer tudo, independentemente de não respeitar as leis ambientais e as normas europeias.-----
Referiu que, ano após ano e por muito dinheiro que seja gasto em aquisição de serviços de informática, os feirenses continuam a não ter acesso a toda a informação para que possam fiscalizar a ação da Câmara Municipal, questionando o porquê dos documentos que a Assembleia Municipal está hoje a discutir não estarem disponíveis a todos os feirenses, para que possam participar nesta discussão. Comentou que, para algumas forças políticas, a participação dos cidadãos é um empecilho à Democracia.-----
Salientou ainda que, ano após ano, a rubrica Outros é usada para se esconder parte substancial dos números que assim se pretende.-----
Sublinhou que, apesar de a Câmara ter reduzido o seu Pessoal, as verbas com a aquisição de serviços dispararam, ressaltando que só em 2012 foram cerca de 4 milhões de euros e que na rubrica Outros Serviços consta uma verba de pouco mais de 14 milhões de euros, representando 47,5% do valor total. Frisou que tal situação devia ficar clara na apresentação



das Contas mas que, antes, o Executivo Permanente da Câmara promove publicamente a transparência das Contas, comentando que isso é falsear a verdade.-----

Referiu que foram prometidas medidas para atrair investimento e inovação capazes de criar postos de trabalho qualificado no Concelho, permitindo manter os jovens feirenses a viver na sua terra, questionando quantos empregos qualificados para jovens foram criados no Concelho. Sublinhou que quase nada está à mostra mas que, todavia, não faltam notícias nos jornais relativas a pomposas cerimónias de inaugurações.-----

Disse que Santa Maria da Feira continua a ser um Concelho onde a indústria se baseia na mão de obra menos qualificada, barata e cada vez mais precária, ressaltando que, também aí, segue a linha do Governo PSD/CDS-PP.-----

Salientou que, aquando da apresentação do Orçamento e Plano de Atividades para 2012, o Sr. Presidente da Câmara disse que esse Orçamento era o mais rigoroso de sempre, realçando que os números constantes no Relatório demonstram qual o rigor que o mesmo continha, reafirmando que foi executado pouco mais de metade do proposto, comentando que esse facto já não deixa ninguém surpreendido e que o executivo permanente da Câmara arranja sempre mil e uma desculpas para os seus falhanços e nunca assume a sua culpa.-----

Sublinhou que, depois de seis mandatos consecutivos liderados pelo PSD, o Concelho tem o seu futuro hipotecado, sem capacidade de fixar os seus jovens, com mais complicações que levam a que continue a ser um concelho de mão de obra barata e pouco qualificada, ao invés de dar um salto para que as gerações futuras possam usufruir de melhores condições, frisando que os jovens o merecem.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Nuno Serrano disse ser esse o legado que Alfredo Henriques, e o PSD, deixa no Concelho de Santa Maria da Feira, afirmando que o candidato apresentado pelo PSD para o substituir na liderança da Câmara, Emídio Sousa, é face da mesma moeda, sublinhando ser tempo de dizer basta e de mudança.-----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por relembrar que o Orçamento de 2012, relativamente ao de 2011, passou de cerca de 110 milhões de euros para 90 milhões de euros e que, aquando da apresentação do mesmo, o Sr. Presidente da Câmara referiu que essa redução foi no intuito de aproximar o orçamento à realidade.-----

Nesse âmbito, salientou que a realidade demonstrou ser amarga e que resultou numa taxa de



execução orçamental bastante baixa, referindo que a execução não ultrapassou os 57 milhões de euros. -----

Salientou que queria dar um exemplo do porquê dessa baixa execução, aludindo à Unidade de Saúde Familiar de Argoncilhe. Disse que, para essa obra, estava inscrita uma verba de 800 mil euros no Orçamento para 2012 mas que, conforme comprova o Relatório e Contas, não foi utilizada qualquer verba para essa Unidade de Saúde Familiar, levando, para esse caso em concreto, a uma taxa de execução de zero. -----

Nesse âmbito, questionou o porquê de constar essa verba no Orçamento uma vez tratar-se de uma obra completamente financiada pela Administração Regional de Saúde (ARS), perguntando se a Câmara é a dona da obra e se vai ser ela a pagar ao empreiteiro, através da ARS. -----

Referiu que, mesmo em caso de resposta afirmativa, essa resposta não o satisfaz, salientando que, com tais embrulhadas de valores e de entidades, resultam orçamentos extremamente confusos e de difícil análise, com duplicações de referências e de valores, comentando que tais confusões não fazem muito sentido ao nível da contabilidade pública e que, apesar de ser um problema que vem sendo combatido há alguns anos, não há maneira de desatar esse nó. ----

Ainda sobre a Unidade de Saúde Familiar de Argoncilhe referiu que, segundo o que foi dito por uma responsável da ARS, as obras não se iniciaram mais cedo por falta de vontade da Câmara, dizendo ter a informação de que, inclusivamente, a Câmara esperou que determinado empreiteiro estivesse em condições de concorrer para lançar o concurso, comentando que esse empreiteiro acabou por não reunir as condições necessárias mas que isso atrasou o processo. --

O membro Rui Tavares prosseguiu a sua intervenção salientando que a Câmara refere ter conseguido abater, em 2012, 11 milhões de euros de dívida e que conseguiu reduzir o prazo médio de pagamentos de 250 para 120 dias. Sobre isso, ressaltou entender que essa redução só seria possível caso o dinheiro do PAEL tivesse sido contabilizado em 2012, dizendo julgar que isso não aconteceu uma vez só ter dado entrada na Câmara em 2013, frisando que, pelo que analisou das Contas, não via outra maneira para que a Câmara tivesse conseguido pagar metade da sua dívida aos fornecedores. -----

Salientou ser importante que as pessoas tenham a noção de que a diferença, antes e depois do PAEL, é que antes a Câmara não pagava juros porque os credores esperavam pelo pagamento e agora, depois do PAEL, a Câmara vai pagar juros. Frisou ser essa a única diferença,



destacando que a dívida continua a existir mas que a Câmara andar­á a pagar os cerca de 13 milhões de euros, relativos ao PAEL, durante 15 anos, endividando a Câmara e assumindo compromissos para além de muitos mandatos. -----

Disse que, tal como já mencionado pela deputada municipal Lúcia Gomes, a dívida da Câmara, de 65 milhões de euros, representa 114% da execução do Orçamento, ou seja, que deve mais do que uma execução inteira do seu orçamento, sublinhando que esse dado assusta qualquer comum dos cidadãos. -----

Em seguida, e aludindo ao mapa relativo aos empréstimos de médio/longo prazo que a Câmara tem, disse que queria citar 4 dos 6 últimos itens desse mapa, nomeadamente o valor de 3 milhões e 600 mil euros relativo ao Programa pagar a tempo e horas para os Municípios, de junho de 2008; o valor de 4 milhões e 800 mil euros relativo ao Programa de regularização extraordinária de dívida, de março de 2009; o valor de 2 milhões e 400 mil euros relativo ao programa Pagar a tempo e horas, de novembro de 2008; e o valor de 3 milhões e 200 mil euros, também relativo ao Programa pagar a tempo e horas para os Municípios, de abril de 2009, fazendo sobressair que esses valores perfazem um total de 14 milhões de euros. -----

Frisou que a esses 14 milhões de euros ainda tem que somar-se os cerca de 13 milhões de euros do PAEL, sublinhando ser, efetivamente, muita dívida, comentando que a Câmara fez um brilharete ao ter pago, no início de 2013, a dívida aos seus fornecedores, ressaltando que esses, obviamente, ficaram satisfeitos porque puderam pagar dívidas que tinham para com terceiros, comentando que tal permite ao Sr. Vice-Presidente da Câmara visitar as freguesias com um ar muito mais sorridente, devido a esse brilharete. -----

Realçou que, entretanto, os períodos foram decorrendo e alguns abatimentos dessa dívida de 14 milhões de euros foram feitos, fazendo notar que, à data de 31 de dezembro de 2012, estavam por pagar 7 milhões e 700 mil euros mas que, mesmo assim, e considerando o empréstimo do PAEL, somente essa dívida perfaz um somatório na ordem dos 20 milhões de euros. -----

Continuando a fazer alusão ao mapa relativo aos empréstimos de médio/longo prazo, frisou que o mesmo totaliza, à data de 31 de dezembro de 2012, cerca de 41 milhões e 600 mil euros, destacando que muitos dos empréstimos contratados são por longos períodos, de 15 ou 20 anos, e que em relação a alguns deles ainda faltam muitos anos para acabar o pagamento. Sublinhou que, somando a esses os cerca de 13 milhões de euros do PAEL, perfaz um total de



quase 55 milhões de euros. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Rui Tavares disse que, ao contrário de outros, não gosta de fazer discursos políticos, de pormenor, mas que os valores que mencionou são aqueles que retém porque são alertas e traduzem questões fundamentais, que têm implicações diretas no futuro daqueles que, nos próximos 15 a 20 anos, vão gerir este Município, frisando ser isso que o deixa preocupado.-----

Usou da palavra o membro *António Cardoso* (PS), que começou por dizer que queria sublinhar as palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara, sublinhando que tais palavras são uma declaração clara de que as sessões da Assembleia Municipal são, para ele, uma chatice. Sobre isso, disse que se estas sessões se realizam é porque houve o 25 de Abril, lembrando que o Sr. Presidente de Câmara só ocupa tal cargo porque houve o 25 de Abril e que, portanto, aquele deve respeitar a Assembleia Municipal.-----

Referiu que queria recomendar um pouco de decoro ao Sr. Presidente da Câmara para que o mesmo acabe o mandato com a elevação que habituou, realçando que se o Sr. Presidente da Câmara está cansado e faz muito esforço para estar nas sessões da Assembleia Municipal, então que se deixe ficar em casa porque a sua falta não se fará notar. Sublinhou que o Sr. Presidente da Câmara deve ser o primeiro a dignificar esta Assembleia Municipal, pedindo-lhe que, nessa medida, fale de forma elevada para merecer ser tratado com elevação.-----

Posto isto, o membro António Cardoso leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“O Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2012, apresentado pela Câmara Municipal e aprovado pela maioria PSD para apreciação nesta Assembleia Municipal não pode merecer essa aprovação pelos eleitos do PS, como bem fizeram os seus Vereadores na Câmara Municipal. Por mais esforço que façamos nesse sentido é-nos impossível aprovar o presente relatório perante os péssimos resultados obtidos. A Câmara PSD seguiu um caminho errado. As práticas políticas seguidas pela gestão PSD arrastou-a para um beco sem saída. Ao não controlar as suas contas por falta de rigor, o PSD colocou a Câmara perante uma eminente falência financeira.-----

Esta péssima gestão financeira gerou elevados prejuízos para a economia local decorrentes do não pagamento atempado dos seus compromissos por parte da Câmara Municipal de Santa



Maria da Feira, o que implicou a necessidade do recurso ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) – Programa de Auxílio a Autarquias com dificuldades financeiras; -----
Com este elevado endividamento, a situação das finanças da Câmara continua muito doente pondo em causa o exercício das responsabilidades básicas da Autarquia nomeadamente o corte nos apoios sociais quando as pessoas mais precisam!... -----
Esta situação de elevado endividamento municipal poderia ser compreendida e aceitável se os resultados da execução das obras prometidas tivessem sido contempladas sem o recurso a um aumento de impostos e do custo da água e o saneamento. -----
Esta situação poderia ser compreendida se os feirenses sentissem que a Câmara tinha investido em medidas de combate ao desemprego através de promoção do desenvolvimento económico ou no reforço das medidas de ação social. -----
Assiste-se à perseguição de pequenos delitos urbanísticos como a construção de pombais, pequenos muros, ou fecho de marquises como se tratasse de caça à multa e de forma “vergonhosa” fecha-se os olhos de forma impune a cobrança de taxas urbanísticas cujos montantes atingem centenas de milhares de euros!... Isto é, a Câmara é forte com os fracos e é fraca e desonesta com os fortes!... -----
O Partido Socialista não é contra este Relatório de Atividades por mero capricho, mas sim pela assunção responsável das nossas funções fiscalizadoras. Comprovadamente manifestamos a nossa discordância sobre os documentos de Prestação de Contas de 2012, onde destacamos uma dúzia de constrangimentos : (Embora se diga que à dúzia é mais barato mas gostaríamos que isto não acontecesse no nosso concelho) -----
i) O baixo índice de execução orçamental de 54%. O reduzido grau de realização, do Plano de Investimentos Municipal – 33,8%. O fraco grau de concretização do PAM. Estas quedas de resultados não deviam acontecer, visto o Plano de Atividades e Orçamento de 2012 ter sido elaborado sob o signo do rigor e da austeridade; -----
ii) Constatamos ainda, o atraso sistemático das obras e investimentos propostos e fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho, devido a uma gestão e planeamento deficiente, nomeadamente o incumprimento dos prazos acordados com a concessionária para conclusão do Saneamento Básico, com elevadíssimas penalizações para os munícipes, previstas no contrato de concessão e os sucessivos atrasos na Conclusão dos Centros Escolares, apesar de serem obras fortemente comparticipados; -----



- iii) O assinalável aumento da despesa em contratos de prestação de serviços, cerca de 4.000.000,00 € (quatro milhões de euros); -----
- iv) O abandono da Construção do Parque Empresarial da Cortiça (PEC), bandeira eleitoral do PSD em 2009; -----
- v) Não concretização da construção da Central de Camionagem; -----
- vi) Não concretização da recuperação das margens do Cáster, Uíma, Lage, etc.; -----
- vii) Encerramento da Escola de Hotelaria de Santa Maria da Feira; -----
- viii) Indefinição da situação do Europarque; -----
- ix) Sucessivos atrasos na revisão do PDM, estando assim o concelho sem um instrumento atualizado de ordenamento do território fundamental para a qualidade de vida e desenvolvimento económico do concelho. Não há desculpa possível para inaceitável atraso; ---
- x) Situação catastrófica da rede viária concelhia; -----
- xi) Inexistência de um plano global de promoção do desenvolvimento económico do concelho retratado na desastrosa gestão das zonas industriais; -----
- xii) O elevado montante de compromissos assumidos (67.000.000,00 €) que, somados aos custos de funcionamento da Câmara e despesas de capital (57.600.000,00 €), limita seriamente a capacidade de investimento da Câmara Municipal de que tanto necessita. -----
- Desenvolver devidamente cada um destes insucessos levar-nos-ia a um longo serão, que não é enquadrável com esta reunião. Porém, três reflexões foram eleitas como corolário da péssima execução de 2012: -----
- 1.^a – 2012, o ano da morte da Escola de Hotelaria -----
- “É a vergonha deste executivo municipal”, em especial do seu Presidente, que desde a sua instalação provisória em 1991 nada fez, passados 20 anos... repito 20 anos, de projeto em projeto, de terreno em terreno, de promessa em promessa a Escola de Hotelaria foi ultrapassada pela construção de escolas novas de raiz, caso das Escolas de Hotelaria de Lamego, Viana do Castelo, Mirandela. Todas elas criadas depois da Escola de Hotelaria em Santa Maria da Feira. Este deplorável exemplo caracteriza a incompetência de uma Câmara Municipal demasiadas vezes avisada, ignorou esses avisos e ironizou com as preocupações levantadas, mas por ironia do destino, o resultado final foi a morte de um centro de excelência na formação turística. -----
- Convém recordar que a Escola de Hotelaria de Santa Maria da Feira secou, foi engolida pela



sagacidade e inteligência do eucalipto do Porto onde ficou patente o provincianismo da nossa Câmara Municipal... e dos nossos eleitos locais. -----

2.^a – É a eterna questão no incumprimento dos prazos acordados com a concessionária para conclusão do Saneamento Básico, com elevadíssimas penalizações para os munícipes previstas no contrato de concessão. Estando em discussão o reequilíbrio financeiro do contrato de concessão da Câmara com a Indáqua, os eleitos do PS nesta Assembleia, exigem que as alterações a acordar nessa renegociação desse contrato sejam do domínio público o mais breve possível e antes das próximas eleições autárquicas. Em nome da transparência, os feirenses precisam de saber os preços e as condições como os serviços da Indáqua são prestados depois das eleições. -----

3.^a – A morte de 10 freguesias do nosso concelho apoiada por este executivo é uma traição imperdoável que fizeram às populações de Travanca, Espargo, Mosteirô, Sanfins, Pigeiros, Guisande, Vila Maior, Vale, Gião e Louredo. Ano 2012 ficará na história como o ano da tragédia e traição dessas freguesias, onde alguns dos seus Presidentes de Junta, ficarão tristemente célebres por terem passado o atestado de óbito das suas próprias freguesias. -----

Concluindo, perante o exposto, confrontados com os péssimos resultados obtidos, somos forçados a votar contra as Contas de 2012, pois as mesmas não representam no nosso entender, uma gestão que se coadune com os anseios e necessidades do concelho de Santa Maria da Feira. A gestão de 2012 em nada contribuiu para melhorar qualidade de vida dos feirenses. -----

Este não é o nosso caminho. O caminho que queremos seguir é outro: -----
É o caminho do rigor e competência, responsabilidade e transparência e proteção social.” -----

Interveio o membro **Fernando Moreira** – Presidente da Junta de Freguesia de Louredo, que começou por salientar que, do seu ponto de vista, falou-se muito pouco dos documentos em causa e o que se falou, falou-se mal. Referiu que, da análise que fez aos mesmos, considera-os como sendo bastante claros, ressaltando que quem teve a oportunidade de os ler não terá ficado com muitas dúvidas, lembrando, contudo, que o Sr. Presidente da Câmara ainda usaria da palavra para dar alguns esclarecimentos. -----

Disse considerar que fazer uma análise dos documentos sem levar em consideração os constrangimentos financeiros e as diversas restrições que aconteceram, e sem ter em conta a



estratégia e filosofia que presidiram à elaboração do Orçamento para 2012, é não ser politicamente sério. -----

Frisou que a diminuição da receita revela esses constrangimentos, salientando que tanto as receitas endógenas como as exógenas baixaram, fazendo sobressair ainda que, contrariamente ao que foi dito, aquando da aprovação do Orçamento para 2012 nesta Assembleia Municipal, não se falou em rigor, recordando que até houve uma discussão em torno das receitas de capital e que foi assumido pelo Sr. Presidente da Câmara que esse orçamento estava empolado. Sublinhou que, levando-se em consideração esse mesmo empolamento, os cerca de 54% de execução que revela os números do Relatório e Contas, são bem mais do que isso. ----

Mencionou que a realidade mostra uma execução na ordem dos 58 milhões de euros, fazendo sobressair que tal valor resulta de uma baixa da receita significativa porque, à exceção do IMI, todas as restantes receitas municipais baixaram, considerando importante realçar esse aspeto uma vez que mais ninguém o mencionou. -----

Realçou o facto de a Câmara ter conseguido uma poupança corrente de cerca de 7,6 milhões de euros, representando uma variação na ordem dos 16%, bem como por ter diminuído o passivo em cerca de 11 milhões de euros, considerando serem dados extremamente significativos e que, portanto, entende que acusar a Câmara de falta de rigor e de competência é não fazer a mínima análise dos documentos. -----

Sobre a redução do Pessoal, disse que a deputada municipal Lúcia Gomes não terá lido bem os documentos, explicando que, efetivamente, houve uma redução de 55 trabalhadores mas que não houve despedimentos, realçando que, pelas diversas razões, esses trabalhadores foram saindo sem que a Câmara admitisse outros para os substituírem, dizendo que queria deixar bem claro que não houve despedimentos na Câmara. -----

Frisou que o investimento atingiu uma verba superior a 20 milhões de euros, representando 33,8% do total executado, recordando que, só para Pessoal, foram gastos 20,61% da despesa total, que não pode ser desconsiderado, reafirmando considerar significativo que, dos 58 milhões de euros executados, 33,8% tivessem sido para investimento. -----

Disse considerar importante retirar que, apesar dos constrangimentos, foi possível dar cumprimento àquilo que era fundamental, salientando que, tal como o Sr. Presidente da Câmara já disse, é preciso saber ler os documentos, realçando que, por vezes, o orçamento está empolado e contém obras que são meramente indicativas. -----



Realçou que, numa altura de grandes constrangimentos, era preciso saber aquilo que, de facto, interessava fazer, ressaltando que o mais importante era ter um apoio social o mais eficaz possível, destacando que, aí, cumpriu-se a 100% os objetivos que tinham sido determinados. -- Aludindo ao saneamento referiu que, anteriormente, criticava-se porque não havia saneamento, agora critica-se por estar atrasado e por as estradas estarem em mau estado, salientando, a esse propósito, que as estradas têm que ser recuperadas mas que falar-se em requalificação das ruas quando a rede de saneamento ainda está a ser executada, é não ter rigor nenhum. -----

Disse até admitir que alguns empreiteiros não fazem um trabalho competente mas que, também, há que ter consciência das condicionantes que ocorreram, como o longo e rigoroso inverno, frisando que quem discutir essa questão sem ter em consideração esses dados não está a ser, do seu ponto de vista, politicamente sério, referindo ser motivo de grande satisfação saber que a rede de saneamento ficará concluída em 2013 e que acreditava que essa satisfação é partilhada por muitos feirenses. -----

Realçou que, sendo essa uma grande obra ocorreram, naturalmente, alguns atrasos, recordando as declarações feitas pelo Sr. Ministro do Ambiente aquando da inauguração da estação de tratamento de Fiães para destacar que, de facto, o Concelho de Santa Maria da Feira é, em termos geográficos, muito complicado para se fazer uma obra de tal envergadura, ressaltando estar em causa soterrar cerca de 900 quilómetros de tubos e que isso não é fácil, mas que também não estava a querer dizer que foi tudo bem feito. -----

Referiu que, apesar de tudo, a Câmara conseguiu proceder à despoluição de algumas linhas de água, forneceu uma média diária de 5400 refeições escolares, forneceu transporte escolar a cerca de 4900 alunos, e conseguiu que a grande maioria dos centros escolares estejam concluídos. -----

Ainda sobre os centros escolares, disse que o de S. João de Ver ficará concluído em 2013 e que se iniciou a construção do de Canedo, mencionando haver mais um ou outro que têm projetos em carteira. Salientou, ainda, que prossegue a construção do Jardim de Infância de Sanguedo bem como a reabilitação da Escola EB1 da Igreja/S. Paio de Oleiros, destacando também a construção da nova EB 2,3 de Santa Maria da Feira, recordado que isso libertará as atuais instalações da EB 2,3 para a construção de mais um centro escolar e da nova esquadra da PSP. -----



Em relação às atividades culturais referiu que, contra muita ventania, tem-se conseguido, através de estratégias bem delineadas, competentes e eficazes, que grande parte delas se tenham tornado autossuficientes ou quase autossuficientes, sublinhando que tais atividades culturais têm levado bem longe o nome de Santa Maria da Feira. Nesse âmbito, deixou uma palavra de muito apreço aos trabalhadores da Feira Viva que, com o seu melhor, fazem com que tais eventos sejam uma realidade a nível nacional. -----

Destacou a adjudicação da Caixa das Artes referindo que, de facto, foi adjudicado de uma forma diferente da versão apresentada na Assembleia Municipal, fazendo contudo sobressair que pretender-se que um projeto dessa envergadura, que se apontava custar entre os 10 e 12 milhões de euros, tivesse que ser concretizado tal como foi apresentado à Assembleia, sem alteração nenhuma, é não ter a mínima noção da realidade e de como as coisas funcionam, ressaltando que a Câmara não depende somente dela e que existem muitas conjeturas com que a Câmara tem que lidar. Sublinhou que, de qualquer das formas, essa obra foi adjudicada, bem como a reabilitação do Cineteatro António Lamoso. -----

Relativamente ao desenvolvimento económico, disse que apesar de toda a ventania e de algumas pessoas terem tentado “empancar” a obra, o PERM é uma realidade e será um dos maiores parques desta zona, dizendo esperar que seja um grande polo de desenvolvimento económico não só para o Concelho, mas para a Região. -----

Sobre o PEC, disse achar muita piada que algumas pessoas, sem que antes se tenham minimamente inteirado sobre a viabilidade, ou não, desse equipamento, tratem-no como se de uma falência se tratasse, questionando qual o interesse de fazer-se uma obra que se tornaria num fiasco. Referiu que a Câmara estudou a viabilidade desse equipamento e decidiu não avançar com o mesmo, realçando que avançar com um projeto somente para que seja cumprido, causando um problema, não é fazer uma boa gestão, sublinhando que gerir é saber recuar quando é necessário. -----

Prosseguiu dizendo que, efetivamente, o encerramento da Escola de Hotelaria é um problema e motivo de preocupação, salientando, todavia, que acusar a Câmara de ser a única culpada é não saber aquilo que se está a dizer ou é não ser politicamente sério. Frisou que a Escola de Hotelaria de Santa Maria da Feira encerrou porque o Governo do PS financiou uma escola no Porto que, para funcionar, tinha que absorver a de Santa Maria da Feira. Disse que, por outro lado, não é correto atirar as culpas para a Câmara por estar-se a pagar renda daquele edifício,



ressaltando que essa situação depende da entidade Turismo de Portugal, I.P., e não da Câmara. -----

Referiu que não iria discutir se a Câmara, no âmbito desse processo, fez, ou não, tudo bem, dizendo considerar que independentemente do muito que a Câmara tivesse feito, o grande erro foi ter-se criado no Porto uma escola dimensionada para muito mais do que o necessário, empancando todos os projetos para que fosse construída uma nova Escola de Hotelaria em Santa Maria da Feira. -----

Quanto ao Europarque, disse lembrar-se muito bem das discussões ocorridas na Assembleia Municipal e que nunca se esquece que alguém da bancada do PS pediu, ao Sr. Presidente da Câmara, para que fizesse tudo o que fosse necessário no sentido de que o Europarque viesse para Santa Maria da Feira. Referiu ser um dos que ainda acredita que aquele equipamento pode ser uma grande mais-valia para o Concelho, que não se pode é desistir, comentando ser bom que as pessoas tenham memória e que não venham, agora, criticar somente porque o Europarque está a correr mal. -----

Sobre o IMI disse que queria dar nota que, no Município de Santa Maria da Feira, não está a ser aplicada a taxa máxima, recordando que a taxa a aplicar em 2013 é de 0,4% quando a taxa máxima é de 0,5%. -----

Quanto ao PAEL, referiu não perceber o que o mesmo tem a ver com o Relatório e Contas de 2012, quando o dinheiro referente ao PAEL só entrou na Câmara em 2013. -----

Sobre a dívida da Câmara, disse que a mesma é de cerca de 64 milhões de euros, referindo julgar não estar enganado quanto a esse valor, sublinhando que quem quiser discutir a questão da dívida com seriedade tem que ter o cuidado de analisar qual é o encargo dessa dívida no Orçamento, ao longo dos anos. Referiu que quando alguém compra uma casa e pede um financiamento de 100 mil euros para a pagar, não está preocupado com os 100 mil euros mas sim no quanto é que terá que pagar todos os meses, para ver se tem possibilidades de o fazer, sublinhando que a análise da dívida da Câmara também tem que ser feita desse modo. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Fernando Moreira frisou que, pelo que explicou, e apesar do reconhecimento da existência de alguns pontos negativos, os eleitos do PSD na Assembleia Municipal votam favoravelmente o Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2012 da Câmara Municipal, comentando que considerava não ser politicamente sério o modo como viu serem discutidos os documentos na Assembleia Municipal, sublinhando que



os mesmos mereciam outro tipo de discussão.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar os devidos esclarecimentos face às intervenções efetuadas, começando por comentar não ter percebido o porquê da deputada municipal Lúcia Gomes ter ficado tão sensibilizada pelo facto de ter feito uma breve apresentação dos documentos, reservando-se para dar os esclarecimentos posteriormente solicitados pelos membros da Assembleia nas suas intervenções, ao que a deputada municipal *Lúcia Gomes*, a partir do seu lugar, referiu que aquilo que o Sr. Presidente disse foi que os membros iam fazer o papel de criticar, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* retorquiu dizendo ser exatamente isso que tem visto a oposição fazer ao longo dos 30 anos em que está à frente dos destinos da Câmara, ou seja, fazer o papel de criticar. Comentou ser natural que as pessoas, com o aproximar das eleições e ao saberem como as coisas estão a decorrer, fiquem nervosas, pedindo-lhes que tenham calma.-----

Frisou que a Câmara está sempre aberta às propostas que são feitas, como foi o caso da sugestão feita pela CDU de fotocopiar frente e verso, reafirmando que a Câmara atende às boas sugestões que lhe possam fazer, lamentando, todavia, que sejam tão poucas e de tão pouca importância.-----

Sobre a afirmação da deputada municipal Lúcia Gomes de que os documentos não falam na reorganização administrativa, disse começar a pensar que, ou por falta de tempo ou porque aquela deputada está a perder qualidades, a mesma não conseguiu ler o Relatório, informando-a que aquele documento contém duas páginas completas a falar desse assunto, nomeadamente as páginas números 152 e 153.-----

Relativamente à questão de quais as taxas, de entre todas as que constam dos documentos, que dizem respeito ao saneamento, disse não lhe poder responder a essa questão naquele instante, salientando que aquela deputada municipal poderia fazer um requerimento à Mesa colocando essa questão, e que posteriormente esse esclarecimento lhe seria dado.-----

Sobre a questão do desemprego, disse também não estar satisfeito com o desemprego verificado no Concelho, relevando, contudo, que o Concelho tem uma taxa de desemprego de 14,2% quando o País tem uma média de cerca de 18% de desemprego. Disse ser verdade que, em termos homólogos, o número de desempregados no Concelho, em cerca de 9000, aumentou algumas dezenas, mas que considera que o que deve ser levado em conta é que



conseguiu-se, no Concelho, suster o desemprego muito mais do que no resto do País, fazendo sobressair que o Município de Santa Maria da Feira não é uma ilha. -----

Ainda no âmbito desse assunto, referiu não haver muita seriedade quando se culpa a Câmara pelo aumento do desemprego no Concelho e, depois, quando ele não aumenta tanto comparativamente com o resto do País, a Câmara já não ter nenhuma responsabilidade por isso.-----

Quanto à ocupação do antigo edifício do Matadouro, salientou que a Câmara continua a entender que aquele não era o local certo para fazer a Caixa das Artes, ressaltando, contudo, que aquele edifício continua a ser património camarário. Disse que a Câmara atende às boas sugestões dos seus funcionários e que, tendo os mesmos sugerido, e bem, fazer um aproveitamento e usar aquele edifício enquanto não há a Caixa das Artes, então que essa sugestão teve o devido acolhimento. Sublinhou que não é por o Partido Comunista ter sugerido, há dois ou três anos, aproveitar esse edifício para fazer a Caixa das Artes, que iria deixar de acolher a sugestão feita pelos serviços da Câmara, sublinhando que ele – Presidente da Câmara – não funciona desse modo. -----

Frisou que o assunto da Caixa das Artes foi, por diversas vezes, presente à Assembleia Municipal, salientando que o primeiro projeto do polo 2 da Caixa das Artes foi abandonado, optando a Câmara pela reabilitação do Cineteatro António Lamoso, considerando essa opção como sendo a evolução correta.-----

Sobre o hipermercado Continente, disse que o mesmo foi construído, e muito bem, naquele local, uma vez que permitiu criar mais 120 empregos no Concelho. Lamentou que alguns setores da Assembleia Municipal tenham votado contra, ou optado pela abstenção, em relação à construção daquele hipermercado, sublinhando serem equipamentos desse género que permitem criar emprego, fazendo igualmente alusão à construção do McDonald's para dizer que esse permitiu criar mais 25 postos de trabalho.-----

A deputada municipal **Lúcia Gomes**, a partir do seu lugar, questionou quantos comerciantes fecharam devido à abertura do Continente, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** retorquiu dizendo que via, nessa questão, a pequenez do pensamento daquela deputada municipal. Referiu haver vários centros comerciais encostados a sul, a norte e a nascente do Concelho, questionando se alguém pensa que as pessoas do Concelho, ou de fora ele, que vêm comprar aos hipermercados que existem em Santa Maria da Feira, porque aí conseguem comprar mais



barato, se na ausência destes não se deslocariam aos centros comerciais existentes em Ovar, S. João da Madeira ou Vila Nova de Gaia, para fazerem as suas compras. Disse que era essa a questão que deixava à consideração, comentando que qualquer pessoa com os pés assentes na terra concorda que tais pessoas se iriam deslocar a esses centros comerciais, encostados ao Concelho, para realizarem as suas compras. -----

Salientou que a deputada municipal Lúcia Gomes falou, também, na ilegalidade da cobrança das taxas de publicidade, recordando, nesse âmbito, que o respetivo Decreto-Lei concedia dois anos, a partir da sua publicação, para as câmaras municipais se adaptarem a essa legislação, lembrando que a Assembleia Municipal, antes do término desse prazo, deliberou suspender a cobrança dessas taxas. Sublinhou ser preciso que as pessoas estejam atentas a esses pormenores, destacando não ter havido qualquer ilegalidade. -----

Frisou ter ficado satisfeito ao ouvir a deputada municipal Lúcia Gomes dar um louvor e dizer que a Câmara está atenta às questões sociais.-----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Rui Tavares, referiu que a obra da Unidade de Saúde Familiar de Argoncilhe foi adjudicada pela Câmara e que, em termos contabilísticos, não pode ser de outra maneira que não seja pagar ao empreiteiro e receber do Orçamento Geral do Estado.-----

Sobre a questão do orçamento rigoroso, disse que o membro Rui Tavares fez uma grande confusão, lembrando que quando ele – Presidente da Câmara – falou que era um orçamento de rigor e que tinha baixado para cerca de 90 milhões de euros relativamente ao anterior, foi no Orçamento para 2013, e não aquando da apresentação do Orçamento para 2012. -----

Sobre a questão da dívida estrutural, esclareceu que a Câmara de Santa Maria da Feira não está em dívida estrutural, mas sim em dívida conjuntural, e por isso é que aderiu ao Programa II do PAEL. Explicou que só recorreram ao Programa I os municípios que se encontravam com dívida estrutural, não sendo esse o caso do de Santa Maria da Feira. -----

Ainda a propósito do PAEL, explicou que o mesmo não tem qualquer influência nas Contas de 2012 porque as verbas relativas a esse Programa só começaram a dar entrada, na Câmara, em 2013. Sublinhou que a redução da dívida em 11 milhões de euros deveu-se ao esforço da Câmara, referindo que esta conseguiu gastar muito menos em despesa corrente do que a receita corrente obtida, e não devido ao PAEL. -----

Em relação à dívida, disse que os menos atentos à intervenção feita pelo membro Rui Tavares



ficariam a pensar que os valores mencionados por aquele membro seria sempre a somar, ressaltando que a dívida da Câmara é de cerca de 65 milhões de euros e que por mais que se some essa verba não é ultrapassada.-----

Sobre os empréstimos de médio e longo prazo que totalizam os cerca de 41 milhões de euros, disse que foram contratados para executar obra, ressaltando que se assim não fosse nem os bancos concediam o financiamento nem o Tribunal de Contas visava tais empréstimos.-----

Salientou que, nesse aspeto, a Câmara funciona como uma empresa, realçando que os grandes empresários não se preocupam quando compram uma máquina e a ficam a pagar por 10 anos, porque sabem que essa máquina vai produzir durante esse período. Ressaltou que, de igual modo, a Câmara pediu empréstimos para fazer equipamentos, como a rede de saneamento que vai perdurar durante 50 anos, sublinhando que, por isso, o próximo Presidente da Câmara não terá que pagar toda a dívida nesse mandato, mas sim que a dívida vai ser paga nos anos seguintes porque as obras também são para os anos seguintes. -----

Quanto à redução do Pessoal, disse que a Câmara tinha que reduzir em 11 o seu número de funcionários e que reduziu em 55, explicando que isso sucedeu porque, na maior parte dos casos, esses funcionários foram para a reforma e para aposentação. Louvou os funcionários da Câmara que, com o seu esforço, conseguiram colmatar a falta dos que saíram, sublinhando que a gestão rigorosa é assim que se faz. Disse ainda mais estranhar essa crítica porque a Câmara apresentou, recentemente, à Assembleia Municipal, uma proposta para admitir 4 engenheiros quando, nos últimos meses, tinham saído 11, e houve setores da Assembleia que votaram contra, sublinhando ser necessário haver coerência naquilo que se faz e naquilo que se diz. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara aludiu à intervenção do membro António Cardoso para referir que somente faria um comentário, dizendo que se fosse tão elevado o valor de 65 milhões de euros da dívida da Câmara, então que o Partido Socialista não precisava de andar sempre a falar em 90 milhões de dívida, quando isso não corresponde à verdade.-----

Entretanto, no decorrer deste assunto, saíram os membros António Vilar, Arménio Magalhães, Henrique Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, Maria Santos – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia



de Caldas de São Jorge, Sebastião Castro – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver, e Diana Resende – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD: 34, PS:2), 14 votos contra (PS: 12, BE, CDU) e 7 abstenções (PS: 5, CDS-PP, Ind.), aprovar o Relatório de Atividades, a atualização do Inventário, bem como o Relatório de Gestão, que inclui o Relatório de Gestão Individual e o Relatório de Gestão Consolidado, com a respetiva Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício, e os restantes documentos de Prestação de Contas do ano de 2012 da Câmara Municipal – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

5 – Relatório e Prestação de Contas do Exercício de 2012 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (para conhecimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel – a que se refere a deliberação camarária de 02 de abril de 2013 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Informou que o assunto é presente à Assembleia para conhecimento, questionando se algum dos Srs. deputados municipais pretendia usar da palavra relativamente à matéria em questão.--

Visto que nenhum dos membros pretendeu usar da palavra relativamente à matéria em referência, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório e Prestação de Contas do Exercício de 2012 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Saíram os membros José Leão, Jorge Silva e David Ferreira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana.-----



6 – 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita -----

1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa -----

1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal -----

1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 23 de abril de 2013 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 53 votos a favor (PSD: 31, PS: 19, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 voto contra (BE), aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, a 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, a 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal, e a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 23 de abril de 2013. -----

Reentraram os membros José Leão, Jorge Silva e David Ferreira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana. -----

Saiu a deputada municipal Adriana Cardoso. -----

7 – Praia Fluvial da Mámoa, na freguesia de Milheirós de Poiares -----

- Afetação ao domínio público municipal -----

- Autorização para a concessão de uso privativo/de exploração do empreendimento e fixação das respetivas condições -----



O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

A pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil e Ambiente, *Emídio Sousa*, explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 15 de abril de 2013 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Instrui o assunto as condições de acesso e de funcionamento da hasta pública com vista à adjudicação do contrato de concessão, o caderno de encargos, bem como planta com a definição dos usos e planta com identificação dos terrenos propriedade do Município de Santa Maria da Feira – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio o membro *Adriano Martins* (PS) que começou por dizer que a proposta submetida à Assembleia é no sentido da mesma autorizar, para efeitos de registo predial, a afetação ao domínio público municipal de toda a área ocupada pelo empreendimento da Praia Fluvial da Mámoa cujas áreas estão devidamente identificadas na planta que foi distribuída, frisando, contudo, não ter ficado totalmente esclarecido ao analisar essa planta. -----

Disse existirem terrenos demarcados na planta que são pertença da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, referindo que, pelo que tem conhecimento, não foi pedido, nem a essa Junta de Freguesia nem à respetiva Assembleia de Freguesia, a cedência desses terrenos. -----

Referiu que a Junta de Freguesia cessante poderá ter feito essa cedência mas que não encontrou elementos que o demonstrasse, reafirmando pensar que não foi pedida a permissão, nem à Junta nem à Assembleia de Freguesia, no sentido de que esses terrenos também façam parte de toda a área que se pretende afetar ao domínio público municipal. -----

Concluindo, disse pretender votar favoravelmente o assunto mas que, para o fazer com o devido à-vontade, queria ser esclarecido quanto à questão que colocou. -----

Usou da palavra o Sr. vereador *Emídio Sousa*, que disse esperar a votação favorável do



membro Adriano Martins, salientando que a questão colocada por aquele membro é complexa e essencialmente jurídica, que foi devidamente discutida pelos juristas, referindo que os terrenos têm de passar para o domínio público municipal para a Câmara poder fazer a concessão e para que todas as pessoas possam ter acesso à praia fluvial. -----
Disse não ter dúvidas de que existem terrenos, naquela área, que pertencem à Junta de Freguesia mas que, para não complicar o processo, considera-se como zona da praia aquela onde está, de facto, a zona da água e o relvado envolvente que, segundo os serviços jurídicos da Câmara, são pertença do Município. Sublinhou que os terrenos que pertencem à Junta de Freguesia não estão incluídos na área sobre a qual a Assembleia Municipal é chamada a deliberar, que em nada é ferida a propriedade da Junta, ressaltando que a solução que está a ser submetida à Assembleia foi a melhor encontrada para acelerar o processo. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) que começou por lamentar que o Sr. Presidente da Câmara continue a tratar com tão pouco respeito os membros da Assembleia Municipal, salientando não importar se as pessoas têm, ou não, estudos, se sabem ler, ou não, ou se sabem ou não sabem interpretar. Frisou que os membros são eleitos para fazerem questões à Câmara, comentando que, a muitas dessas, o Sr. Presidente da Câmara se furta a responder. Frisou que, de igual modo, também pode nomear uma série de documentos que o Sr. Presidente da Câmara recebeu da parte da CDU mas que não leu, fazendo sobressair que se o Sr. Presidente da Câmara diz que as propostas da CDU passam pelas impressões a frente e verso, então é porque não leu os documentos. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** pediu à deputada municipal Lúcia Gomes que entrasse na matéria em discussão, dizendo tratar-se de uma questão de respeito para com os colegas e, também, devido ao adiantar da hora, ao que a **Lúcia Gomes** retorquiu dizendo que, certamente, o Sr. Presidente da Assembleia não lhe iria censurar a intervenção, até porque será uma das suas últimas intervenções que efetua nesta Assembleia, ressaltando, relativamente ao adiantar da hora, que o respeito passa, igualmente, por elaborar uma ordem de trabalhos que não tenha dezassete pontos para serem discutidos a partir das 21,30 horas. Frisou que, se se quer ter esse respeito, então que se façam ordens de trabalho menos extensas ou se realizem as sessões ao sábado à tarde, comentando que, apesar de já discutida, o PSD sempre inviabilizou essa hipótese. -----



Relativamente à matéria em discussão disse que, antes de tudo, existe a questão de princípio que se prende com o facto de a CDU ser contra a concessão a privados e, portanto, entender que a gestão da praia fluvial deve ser feita ou pela Câmara Municipal, ou pela Junta de Freguesia ou até pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria. Disse que, contrariamente, a Câmara entende privatizar tudo o que diga respeito à água, reafirmando que a CDU não concorda com essa política. -----

Referiu que, além disso, considera não estar suficientemente claro o que é a “concessão de exploração de uso privativo” quando se diz, nos considerandos da proposta, que não se pretende atribuir ao concessionário qualquer direito que possa impedir o público de aceder à praia. Salientou ainda que, ao ler a ata da reunião de Câmara, entendeu que o Sr. vereador Emídio Sousa deu razão ao PS relativamente à questão sobre a colocação de guarda-sóis e de espreguiçadeiras a que alude a cláusula 13.^a do caderno de encargos da Concessão, e a possibilidade de serem cobradas taxas para a utilização desses equipamentos. -----

Deu o exemplo da Praia da Comporta para realçar que aquela é, também, uma praia concessionada e onde se paga estacionamento, se paga a zona dos guarda-sóis bem como a zona das espreguiçadeiras, fazendo sobressair que a água é um bem público, que é um direito humano e que toda a gente deve ter acesso a ela, pelo que a CDU está absolutamente contra essas cobranças. Frisou que a Câmara deve garantir que, à exceção da área do restaurante, nenhum custo será cobrado pela utilização seja de que equipamento for, de modo a que as pessoas possam utilizar aquela praia fluvial e usufruir de um espaço que se pretende de lazer. - Nessa medida, solicitou saber se há, ou não, alguma disponibilidade da parte da Câmara para introduzir uma alteração ao caderno de encargos da concessão, no sentido de não permitir que alguma taxa seja cobrada pela utilização dos equipamentos previstos na cláusula 13.^a. -----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Lúcia Gomes referiu que o Sr. Vice-Presidente disse que essa questão poderia ficar mais clara, que isso consta da ata da reunião de Câmara, reafirmando que a CDU solicitava essa disponibilidade de modo a garantir que nenhuma pessoa fique de fora, não só quanto ao acesso, mas também quanto ao usufruto da Praia Fluvial da Mámoa. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 55 votos a favor (PSD: 33, PS: 19, CDS-PP, BE, Ind.) e 1 voto



contra (CDU), autorizar, para afetação ao domínio público municipal, de toda a área ocupada pelo empreendimento em epígrafe – identificada em planta que instrui o processo –, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 15 de abril de 2013. -----

Mais deliberou, por maioria, com 53 votos a favor (PSD: 33, PS: 18, CDS-PP, Ind.), 2 votos contra (BE, CDU) e 1 abstenção (PS), autorizar a concessão de uso privativo/de exploração do referido empreendimento, nas condições constantes do caderno de encargos, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 15 de abril de 2013. -----

Saíram os membros Idalina Abreu e Susana Correia – Presidente da Junta de Freguesia de Espargo. -----

8 – Protocolo a celebrar entre a SULDOURO – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A. e o Município de Santa Maria da Feira -----

Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a Junta de Freguesia de Canedo -----

- Isenção de taxas de resíduos sólidos urbanos -----

- Isenção do valor do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 04 de março de 2013 e de 23 de abril de 2013 enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Chamou a atenção de que o assunto é presente à Assembleia Municipal para que a mesma delibere sobre a isenção de taxas de resíduos sólidos urbanos e sobre a isenção do valor do IMI, e não sobre os protocolos em concreto. -----

Interveio o membro *Telmo Gomes* (PS) que começou por dizer que gostava de saber o porquê da freguesia de Vila Maior não ter ser incluída nas isenções em discussão em virtude de, em



termos perimétricos, estar mais próximo do epicentro do aterro sanitário em relação a muitos dos lugares da freguesia de Canedo, comentando que essa situação deveria ter sido pensada.---
Questionou se tanto a Assembleia de Freguesia de Canedo como a comissão de acompanhamento criada no âmbito do aterro foram ouvidas, não só quanto às contrapartidas para Canedo mas também em relação às mais-valias de que vão beneficiar outras freguesias do Concelho, citando os casos das freguesias de Caldas de São Jorge, Pigeiros, Sanguedo, Canedo, Vale, Santa Maria da Feira e Rio Meão. -----

Disse dar-lhe a entender que a Câmara está à espera de uma galinha de ovos de ouro, comentando que essa galinha ainda não começou a pôr ovos e que tão pouco já nasceu, realçando que a Câmara obtém 5 milhões de euros a custo da instalação de um aterro sanitário, sublinhando que o Partido Socialista desde sempre manifestou, nesta Assembleia Municipal, ser contra a instalação de um aterro sanitário no Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Concluindo, o membro Telmo Gomes frisou que tais promessas eleitorais são feitas à moda do PSD mas que, felizmente, não serão concretizadas, ressaltando que não serão concretizadas não pela incapacidade que o Executivo PSD tem demonstrado ter ao longo dos tempos, mas sim porque, quando chegar à hora, já não será o PSD a estar na liderança dos destinos da Câmara. -----

Seguidamente, e constatando que o 1.º Secretário da Mesa, Vítor Marques – Presidente da Junta de Freguesia de Canedo, pediu o uso da palavra, o Sr. Presidente da Assembleia convidou o grupo municipal do PS a indicar um dos seus membros para, momentaneamente, tomar o lugar de 1.º Secretário na Mesa da Assembleia, tendo sido indicada a deputada municipal Carla Pinto que, de seguida, tomou aquele lugar na Mesa. -----

Usou da palavra o membro *Vítor Marques*, Presidente da Junta de Freguesia de Canedo, que disse querer dar alguns esclarecimentos em relação ao proferido pelo membro Telmo Gomes, iniciando por sublinhar que, efetivamente, a Assembleia de Freguesia de Canedo aprovou, por unanimidade, as contrapartidas no âmbito da instalação do aterro sanitário. -----

Em relação ao relatório de conformidade e acompanhamento do projeto de execução do aterro, referiu que à comissão criada pela Assembleia de Freguesia para esse efeito compete



fiscalizar e acompanhar o projeto de execução quando o mesmo tiver o seu início, e não negociar as contrapartidas. Sublinhou que as contrapartidas foram negociadas entre o Executivo da Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia, dando nota que foram ouvidas todas as coletividades e todas as associações de Canedo, dizendo que é ouvindo tais entidades que se sente o pulsar da freguesia em relação às contrapartidas. Referiu que a população de Canedo preferia não ter tais contrapartidas mas que, uma vez que o aterro sanitário vai ser uma realidade, as mesmas foram negociadas. -----

Quanto à afirmação de que serão realizadas obras noutras freguesias do Concelho com o dinheiro que a Câmara recebe de compensação decorrente da instalação do aterro, explicou que se a Câmara perde cerca de 1,8 milhões de euros de receita devido às isenções das taxas e se perde 1,8 milhões de euros devido à isenção de 40% do IMI, então é natural que utilize o dinheiro que recebe da Suldouro para o investir onde bem entender, ressaltando que não será a Junta de Freguesia de Canedo ou o membro Telmo Gomes a dizer ao Executivo da Câmara como utilizar esse dinheiro.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 33, PS: 6, CDS-PP), 11 votos contra (PS: 10, BE) e 3 abstenções (PS: 1, CDU, Ind.), aprovar a isenção de taxas de resíduos sólidos urbanos, bem como a isenção do valor do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, nos termos das deliberações camarárias de 04 de março de 2013 e de 23 de abril de 2013, no âmbito dos protocolos em epígrafe. -----

Em seguida, o membro Vítor Marques retomou o seu lugar de 1.º Secretário na Mesa da Assembleia. -----

9 – Tarifário de Água e Saneamento para 2013-----

- Revisão das tarifas volumétricas de abastecimento de água (para conhecimento)-----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----



O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 04 de março de 2013 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por dizer que o aumento de 5% do custo da água é uma nota negativa que não podia deixar passar em claro. -----

Referiu que a resolução 64/292 da ONU diz que o acesso à água e o saneamento é um direito humano e universal, ressaltando que essa resolução apela aos Estados que providenciem recursos financeiros e técnicos com o objetivo de proporcionar água potável e saneamento seguros, limpos, acessíveis e económicos para todos. -----

Salientou que o encarecimento que o custo da água já teve bem como o facto de a Câmara ter celebrado um contrato que, no entendimento do Partido Socialista, é ruinoso para os feirenses, demonstra que essa resolução não está, no Concelho de Santa Maria da Feira, a ser respeitada, fazendo sobressair que, ao longo do tempo e por incumprimento da Câmara, foram havendo renegociações desse contrato e sempre em prejuízo dos feirenses. -----

Referiu que, além disso, alguns acórdãos judiciais vieram dizer que a cobrança dos ramais de ligação é ilegal ou, pelo menos, que está ferida de constitucionalidade duvidosa, frisando que, mesmo que assim não fosse, estranharia por que razão nas novas concessões na Trofa, Fafe e Santo Tirso não são cobrados os ramais de acesso à água e saneamento. -----

Disse saber que está a decorrer nova renegociação do contrato, salientando que tal acontece a escassos meses de um ato eleitoral e que isso apressará um 4.º aditamento ao contrato de concessão, sublinhando que esse aditamento gerará compromissos que, provavelmente, trarão mais encargos para os feirenses. -----

Salientou que, por isso, e em nome da verdade e da transparência, o PS vê-se obrigado a solicitar à Câmara Municipal esclarecimentos cabais relativamente ao processo negocial em desenvolvimento, dando nota que deixaria um requerimento escrito ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para que seja solicitado à Câmara resposta às questões que, seguidamente, se transcrevem: -----

“1. Porque é que passado tão pouco tempo do 3.º aditamento ao contrato se prepara um 4.º aditamento? -----

2. Quando estará concluído?-----



3. O que é que está a ser alvo de renegociação? -----
4. Está prevista a isenção de cobrança dos ramais de acesso como determina a lei e a Constituição? -----
5. Caso assim seja de que forma serão ressarcidos todos aqueles que já pagaram os ramais de acesso?-----
6. Quando é que estará concluída em definitivo a rede de abastecimento de água e saneamento no concelho? -----
7. Das obras em curso e das repavimentações necessárias, quais são aquelas de forma exaustiva e discriminada da responsabilidade da autarquia e quais as da responsabilidade da Indaqua? -----
8. Qual é a pressa para a efetivação deste contrato de aditamento?" -----
- Concluindo a sua intervenção, o membro António Cardoso efetuou a entrega à Mesa do requerimento a que fez referência.-----

Interveio a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) para, aludindo à página número 36 do Relatório de Atividades, dizer que foram registados, no âmbito do Programa Concelho Solidário – Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, 128 apoios atribuídos, dos quais 88 foram concessões pecuniárias, comentando que, no entanto, não consta o número de pedidos que foram feitos. Sublinhou que o maior número de apoios reportou-se às despesas domésticas, fazendo sobressair que das 88 concessões pecuniárias, 66 foram para as despesas domésticas e que a primeira despesa que é referenciada é a relativa à água.-----

Salientou que o Concelho de Santa Maria da Feira continua a ser um dos que tem a água mais cara, que está em causa um novo aumento do preço da água, ressaltando ainda que, de acordo com o que disse o Diretor Geral da Indaqua Feira, numa entrevista que concedeu, nos próximos 5 anos o tarifário da água aumentará em 45%, significando um aumento de 9% ao ano. -----

Referiu que, tendo em conta o presente aumento de 5%, questionava à Câmara se vai haver um outro aumento e se a mesma está, ou não, de acordo com o aumento de 45% de que falou o Diretor Geral da Indaqua Feira.-----

Questionou, ainda, tendo em conta os dados do Programa Concelho Solidário em que 80% dos apoios em concessões pecuniárias é para pagamento das despesas domésticas,



nomeadamente a água, se a Câmara Municipal vai, ou não, finalmente entender que o caminho que está a percorrer é totalmente errado. -----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Lúcia Gomes frisou que a água é um direito humano, que é um direito fundamental e que é a Câmara Municipal, através da concessão que efetuou, que está a impedir as pessoas de acederem a esse direito. -----

Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* que ressaltou que o assunto é presente à Assembleia para conhecimento da mesma, recordando que, em dezembro último, foi deliberado fazer o acerto da tarifa do serviço da água conforme os índices do preço ao consumidor, nos termos do contrato da concessão, lembrando também que, nessa altura, ainda não estava fixado o preço da água “em alta” a praticar pela Águas do Douro e Paiva, SA em 2013, tendo ficado pendente fazer o ajuste da tarifa, mediante o preço fixado da água “em alta”. -----

Salientou que, tendo já sido fixado o preço da água “em alta” a Câmara entendeu, por uma questão de transparência e apesar de constantemente ser criticada de não a ter, trazer o assunto à Assembleia Municipal para dar conhecimento do ajuste da tarifa, mesmo não sendo obrigada a fazê-lo. -----

Sobre o Programa Concelho Solidário, referiu que o que a Câmara tem feito e que vai continuar a fazer é apoiar socialmente aquelas pessoas que, efetivamente, demonstram ter maiores dificuldades. -----

Quanto à questão do aumento de 45%, referiu que o Diretor Geral da Indaqua Feira até pode falar num aumento de 100%, ressaltando não ter de estar de acordo, ou deixar de estar, porque não está em cima da mesa um aumento de 45% mas sim um de 5%, frisando tratar-se de um aumento que é imposto pelo Grupo Águas de Portugal. -----

Concluindo disse que, perante essa imposição, ou a Câmara suportava esse aumento ou, então, fazia repercuti-lo na tarifa da água, dizendo ser isso que é normal fazer-se. -----

E, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da alteração das tarifas volumétricas de abastecimento de água em vigor a partir de março de 2013, tendo em consideração o aumento do valor da água em alta fornecida pela Águas do Douro e Paiva, constante da proposta da Indaqua Feira – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – nos termos aí previstos. -----



Reentraram os membros Arménio Magalhães, Adriana Cardoso e Sebastião Castro – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver.-----
Saíram os membros Adriano Martins, Telmo Gomes, Armando Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, e Rui Ribeiro – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe.-----

10 – Procedimento de concurso público “Serviços de segurança e vigilância para vários edifícios do Município de Santa Maria da Feira” -----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais-----

11 – Aquisição de serviços de “Cobrança da taxa de RSU e da Taxa de Rede aos municípios de Santa Maria da Feira” -----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais-----

12 – Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira-----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais-----

13 – Certificação Legal das Contas do Município de Santa Maria da Feira-----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais-----

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou os assuntos em epígrafe – a que se referem as deliberações camarárias de 04 de março de 2013 e 23 de abril de 2013 entretanto enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas – informando que os submeteria a discussão conjunta dado que, todos eles, se referem à autorização para a assunção de compromissos plurianuais e que, naturalmente, os submeteria, separadamente, a votação. -----

Seguidamente, e tendo verificado que o Sr. Presidente da Câmara não tinha nada a acrescentar além do constante nas deliberações camarárias referidas, bem como que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito dos assuntos em questão, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter os mesmos, separadamente, a votação.-----

10 – Procedimento de concurso público “Serviços de segurança e vigilância para vários edifícios do Município de Santa Maria da Feira” -----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais-----



A assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor (PSD: 32, PS: 17, CDS-PP, Ind.), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (CDU), autorizar a assunção de compromissos plurianuais respeitantes ao concurso em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2014 – 180.000,00 € + IVA; -----

. Ano 2015 – 90.000,00 € + IVA. -----

11 – Aquisição de serviços de “Cobrança da taxa de RSU e da Taxa de Rede aos municípios de Santa Maria da Feira” -----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor (PSD: 32, PS: 7, CDS-PP, Ind.), 2 votos contra (BE, CDU) e 10 abstenções (PS), autorizar a assunção de compromissos plurianuais respeitantes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: ---

. Ano 2014 – 38.333,33 € + IVA; -----

. Ano 2015 – 38.333,33 € + IVA; -----

. Ano 2016 – 10.829,15 € + IVA. -----

12 – Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira -----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor (PSD: 32, PS: 17, CDS-PP, Ind.) e 2 votos contra (BE, CDU), autorizar a assunção de compromissos plurianuais respeitantes à prestação de serviços em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2014 – 1.760.840,00 € + IVA; -----

. Ano 2015 – 1.789.014,00 € + IVA; -----

. Ano 2016 – 1.817.637,00 € + IVA; -----

. Ano 2017 – 1.846.721,00 € + IVA; -----

. Ano 2018 – 809.982,00 € + IVA. -----

13 – Certificação Legal das Contas do Município de Santa Maria da Feira -----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD: 32, PS: 17,



CDS-PP, BE, Ind.) e 1 abstenção (CDU), autorizar a assunção de compromissos plurianuais respeitantes à prestação de serviços em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2013 – 9.840,00 €;-----

. Ano 2014 – 14.760,00 €;-----

. Ano 2015 – 14.760,00 €;-----

. Ano 2016 – 4.920,00 €.-----

14 – Empreitada de “Construção do Centro Escolar de Canedo”-----

- Autorização prévia para assunção de compromisso-----

15 – Proposta de participação para o Centro Cívico e Biblioteca de Pigeiros-----

- Autorização prévia para a assunção de compromisso-----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe – a que se referem as deliberações camarárias de 18 de março de 2013 e 02 de abril de 2013 entretanto enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas – informando que os submeteria a discussão conjunta uma vez que ambos se referem à autorização para a assunção de compromisso e que, naturalmente, os submeteria, separadamente, a votação. -----

Seguidamente, e tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito dos assuntos em questão, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter os mesmos, separadamente, a votação. -----

14 – Empreitada de “Construção do Centro Escolar de Canedo”-----

- Autorização prévia para assunção de compromisso-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – grupos municipais do PSD, PS, CDS-PP, BE, CDU e o membro independente –, estando presentes 53 dos 64 membros que compõem este Órgão, autorizar, relativamente à empreitada em epígrafe, a assunção do compromisso para 2014 no valor de 310.727,84 € + IVA. -----

15 – Proposta de participação para o Centro Cívico e Biblioteca de Pigeiros-----

- Autorização prévia para a assunção de compromisso-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos (PSD: 32, PS: 15, CDS-PP,



BE, CDU, Ind.) a favor e 2 abstenções (PS), autorizar, relativamente à comparticipação em epígrafe, a assunção do compromisso para 2014 no valor de 75.000,00 €.

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 02,00 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,